

ipea INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DIMAC - Diretoria de Estudos Macroeconômicos

CFP - Coordenação de Finanças Públicas

Boletim

de Finanças Públicas

ANO V Nº 15
JUNHO/2001

T
R
I
M
E
S
T
R
A
L

BOLETIM

FINANÇAS PÚBLICAS

1	<i>Sumário Executivo</i>	01
2	<i>Necessidades de Financiamento do Setor Público</i>	03
	2.1 <i>Dinâmica da Dívida Pública</i>	05
3	<i>Resultado Primário do Governo Federal</i>	09
	3.1 <i>Tesouro Nacional</i>	11
	3.1.1 <i>Receitas</i>	12
	3.1.2 <i>Despesas</i>	16
	3.2 <i>Previdência Social</i>	22
4	<i>Estados e Municípios</i>	27
	4.1 <i>Transferências Constitucionais</i>	28
	4.2 <i>Dívida Estadual e Municipal</i>	28
5	<i>Empresas Estatais</i>	30
	5.1 <i>Privatização e Dívida Pública</i>	32

DIMAC – DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS.

CFP - COORDENAÇÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS.



**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA
APLICADA**

PRESIDENTE

Roberto Borges Martins

DIRETOR DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS

Eustáquio José Reis

DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS

Luís Fernando Tironi

DIRETOR DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS

Gustavo Maia Gomes

DIRETOR DE ESTUDOS SOCIAIS

Ricardo Paes de Barros

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Hubimaier Cantuária Santiago

DIRETOR DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Sebastião Murilo U. Lôbo

O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica; e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Publicação Trimestral.

Tiragem Limitada.

Trabalho concluído com informações disponíveis até 31.07.2001.

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

**DIMAC – DIRETORIA DE ESTUDOS
MACROECONÔMICOS**

**CFP - COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
PÚBLICAS.**

Corpo Técnico

José Carlos Jacob de Carvalho (Coordenador)

Bolívar Pêgo Filho

João Carlos Ramos Magalhães

José Hamilton de O. Bizarria

Marco Antônio de S. Carvalho

Marly Matias Silva

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Roberto de Goes Ellery Júnior

Conselho Editorial

José Carlos Jacob de Carvalho

Bolívar Pêgo Filho

João Carlos Ramos Magalhães

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Roberto de Goes Ellery Júnior

Apoio Gráfico e Computacional

Rosângela Rabelo Gonçalves

O Boletim de Finanças Públicas é de inteira responsabilidade da Coordenação de Finanças Públicas do IPEA/DIMAC. As opiniões aqui emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do IPEA e do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Correspondência:

SBS. Qd. 01 - Ed. BNDES - 7º andar - sala 701

70.776-900 - Brasília - DF.

Telefone: (061) 315-5303 - Fax: (061) 315-5448

E-mail: jcjacob@ipea.gov.br

Internet: www.ipea.gov.br

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O primeiro semestre do ano de 2001 foi bastante positivo no que se refere às contas fiscais do setor público consolidado. Na esteira de um forte crescimento econômico iniciado em 2000, e intensificado nos primeiros seis meses de 2001, o setor público obteve, no mês de junho deste ano, um superávit primário de R\$ 3,5 bilhões, equivalente a 3,2 por cento do PIB, o que, associado a uma forte queda das despesas com juros, permitiu que se obtivesse, no mês, um superávit nominal de R\$ 461 milhões, equivalente a 0,43 por cento do PIB.

A queda das despesas com juros nominais, que passaram de R\$ 15,8 bilhões em maio, para R\$ 3,0 bilhões em junho, decorreu basicamente da apreciação cambial verificada no período - 2,3 por cento - que mais do que compensou a elevação ocorrida na taxa de juros, como resposta às crises energética e argentina.

Como decorrência dos bons resultados fiscais verificados desde o início do ano, no período de janeiro a junho o superávit primário acumulado alcançou o montante de R\$ 30,4 bilhões, ou cerca de 5,2 por cento do PIB, contra R\$ 23,7 bilhões, ou 4,6 por cento do PIB, em igual período de 2000, o que permitiu que se ultrapassasse a meta acordada com o Fundo Monetário Internacional, até junho, em cerca de R\$ 8,9 bilhões.

Na obtenção do resultado primário, cabe ressaltar a melhora apresentada pelos governos estaduais e municipais (exclusive empresas estatais), que aumentaram

significativamente o seu resultado, que passou de R\$ 4,7 bilhões de janeiro a junho de 2000, para R\$ 6,6 bilhões em igual período de 2001. Por

de trás desse comportamento está o crescimento de mais de 18,0 por cento nominais da receita de ICMS, que deverá ter sido acompanhado pelo crescimento das demais receitas, como reflexo do crescimento econômico, e também o efeito da renegociação das dívidas com a União e a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que tende a frear o crescimento das despesas. Além disso, as empresas estatais, com especial destaque para as empresas estaduais, vêm tendo um ótimo desempenho, ao aumentar o superávit primário de cerca de R\$ 3,3 bilhões, no primeiro semestre de 2000, para R\$ 4,3 bilhões em igual período de 2001.

As perspectivas para o segundo semestre, entretanto, são relativamente sombrias do ponto de vista da atividade econômica, com naturais reflexos sobre a arrecadação da União, estados, municípios e estatais. De fato, se a crise energética, ao impor um corte forçado no consumo, juntamente com as elevações de taxas de juros promovidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, já haviam criado algum pessimismo nos agentes econômicos, o agudizar da crise argentina veio acirrar as expectativas, levando a uma forte depreciação do câmbio, e a um aperto monetário ainda maior por parte do Governo. Com o objetivo de conter as expectativas dos agentes, o Presidente editou o Decreto nº 3.878, em 25 de julho do corrente ano, em que se estabeleceu um contingenciamento adicional ao Decreto nº. 3.746, de 6 de fevereiro, da ordem de R\$ 965 milhões. Além disso, foi estabelecida uma nova meta de 3,5 por cento do PIB, para o resultado primário do setor público, em 2001, tendo sido aventada a

possibilidade de se estabelecer uma meta próxima a 4,0 por cento do PIB.

Tendo em vista que o corte anunciado ficou muito distante das expectativas dos agentes econômicos, e como a política monetária apertada não tem conseguido diminuir a taxa de câmbio, fica no ar a dúvida se não estaria o Brasil entrando em uma trajetória explosiva da relação dívida/PIB. Conforme apresentado no presente Boletim, com base em

hipóteses razoáveis para os principais parâmetros, é possível, entretanto, concluir-se que essa não é a tendência, apesar das circunstâncias adversas e que, ao contrário, em 2002 tudo indica que, mesmo em um cenário pessimista, haverá uma redução daquela relação, comparando-se com o nível previsto para o fim de 2001.

2 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

As necessidades nominais de financiamento do setor público consolidado atingiram um superávit de R\$ 461 milhões ou 0,43 por cento do PIB em junho de 2001, ante um déficit de R\$ 2,8 bilhões em junho de 2000, equivalente a 2,7 por cento do PIB. No acumulado em doze meses, o déficit nominal diminuiu de R\$ 65,1 bilhões em maio de 2001 para R\$ 61,8 bilhões no mês seguinte, caindo de 5,7 para 5,3 por cento do

PIB, respectivamente. O superávit nominal de junho se explica pela redução dos juros nominais desse mês, favorecida pela apreciação cambial do período - 2,3 por cento -, que compensou o efeito do aumento das taxas de juros. Os juros nominais reduziram-se de R\$ 15,8 bilhões em maio de 2001 para cerca de R\$ 3,0 bilhões no mês seguinte, correspondente a 15,4 e 2,8 por cento do PIB, respectivamente.

TABELA 2.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO ⁽¹⁾
Fluxos dos Últimos Doze Meses - Com Desvalorização Cambial

CATEGORIAS	% do PIB					
	DEZ. 97	DEZ. 98	DEZ. 99	JUN. 00	DEZ. 00	JUN. 01
NOMINAL	6,11	8,02	9,52	3,85	4,57	5,34
Governo Federal e Banco Central ⁽²⁾	2,64	5,47	6,55	1,93	3,20	3,92
Estados e Municípios	3,02	2,04	3,03	2,31	2,12	2,07
Estatais	0,45	0,50	(0,06)	(0,39)	(0,75)	(0,65)
PRIMÁRIO	0,92	(0,01)	(3,08)	(3,56)	(3,54)	(3,87)
Governo Central	0,26	(0,57)	(2,25)	(2,33)	(1,90)	(2,09)
Governo Federal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	(2,87)	(3,07)
Banco Central	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,04	0,05
INSS	n.d.	n.d.	0,92	0,85	0,93	0,93
Estados e Municípios	0,73	0,20	(0,21)	(0,45)	(0,56)	(0,67)
Estatais	(0,07)	0,36	(0,62)	(0,78)	(1,08)	(1,11)
JUROS NOMINAIS	5,19	8,03	12,60	7,41	8,11	9,21
Governo Federal e Banco Central ⁽²⁾	2,38	6,04	8,80	4,26	5,10	6,01
Estados e Municípios	2,29	1,83	3,24	2,76	2,68	2,74
Estatais	0,52	0,17	0,56	0,39	0,33	0,46

Fonte: Bacen/Depec/Difin. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Obs.: (1) Valores positivos correspondem a déficits e negativos a superávits.

(2) A partir de 1999, "Governo Federal e Banco Central" inclui "INSS".

n.d. - Não disponível.

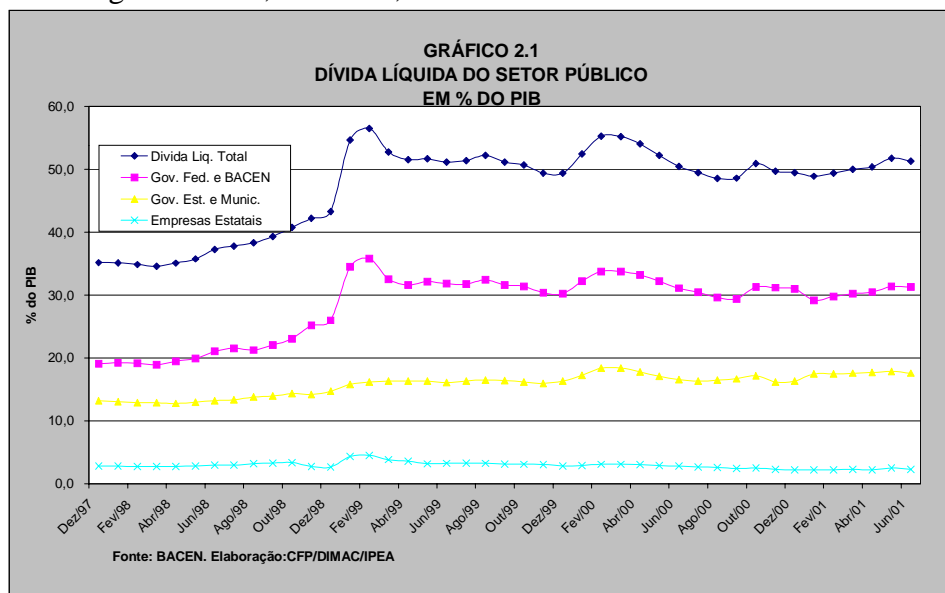
Na comparação com junho de 2000, o superávit primário de junho último expandiu-se em R\$ 1,7 bilhão, em termos nominais, ou 1,45 ponto percentual do PIB. No primeiro semestre, o resultado primário foi superavitário em R\$ 30,4 bilhões - 5,2 por cento do PIB -, ante os R\$ 23,7 bilhões - 4,6 por cento do PIB- registrados no primeiro semestre do ano passado. O resultado do período janeiro-junho de 2001 supera em R\$ 8,9 bilhões o

valor fixado como critério de desempenho para igual período, no acordo com o Fundo Monetário Internacional. No acumulado em doze meses, o resultado de junho do corrente ano foi R\$ 44,9 bilhões ou 3,9 por cento do PIB, em comparação com R\$ 43,2 bilhões ou 3,8 por cento do PIB, registrados no mês anterior. Portanto, no acumulado em doze meses, o superávit primário de junho cresceu em relação ao mês anterior, o que é explicado

principalmente pela melhoria do resultado das estatais, sobretudo federais. O significativo aumento das receitas operacionais da Petrobras responde por essa melhoria. Outro fator a contribuir para o aumento do superávit primário do setor público foi o aprofundamento do ajuste fiscal nos municípios, efeito conjunto da Lei de Responsabilidade Fiscal, aumento de arrecadação e renegociação de dívidas com a União. Por sua vez, o governo central teve seu superávit primário reduzido em junho de 2001, face ao registrado no mês anterior, devido à queda da arrecadação, resultante do menor número de semanas de fatos geradores em junho. Todavia, a redução do superávit primário do governo central não foi suficiente para compensar o aumento desse superávit para o setor público consolidado.

51,3 por cento do PIB em junho de 2001, contra R\$ 618,5 bilhões, ou 51,8 por cento do PIB, no mês anterior. O pequeno aumento em valores absolutos - correspondente a uma diminuição em percentagem do PIB - se deveu principalmente ao impacto da apreciação cambial sobre a dívida externa líquida. Esta se reduziu de R\$ 129,6 bilhões - 10,8 por cento do PIB - em maio para R\$ 117,6 bilhões, ou 9,7 por cento do PIB, no mês seguinte. Em contraposição, os títulos públicos federais (Tesouro e Banco Central) em mercado subiram de 44,1 por cento do PIB em maio para 45,7 em junho, refletindo sobretudo a colocação líquida de LFT, cujo saldo em mercado aumentou de R\$ 276 bilhões em maio para R\$ 290,5 bilhões no mês seguinte. Predominou a colocação direta de LFT - R\$ 16,6 bilhões -, relativa ao Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (MP nº 2.161-1 de 28/06/2001).

A dívida líquida do setor público consolidado atingiu R\$ 619,4 bilhões, ou



Houve incremento da participação relativa dos títulos indexados à taxa *overselic*: de 49,7 por cento em maio para 50,8 por cento em junho de 2001. Nesse mês, foram emitidas liquidamente R\$ 15

bilhões de LFT (ofertas públicas mais colocações diretas), em meio a uma conjuntura de aumento das taxas de juros de curto prazo. Quanto às LTN, ocorreu resgate líquido de cerca de um bilhão de

reais, devido à redução da demanda por papéis prefixados, face ao ambiente de incerteza e alta volatilidade das taxas de juros e câmbio. Conseqüentemente, houve queda da participação dos títulos prefixados de 11,6 por cento em maio para 10,9 por cento em junho de 2001. Além disso, a participação percentual dos títulos cambiais caiu ligeiramente de 26,5 por cento para 26,4 por cento no mesmo período, em conseqüência da referida apreciação cambial ocorrida em junho de 2001.

O prazo médio em mercado da dívida mobiliária competitiva do Tesouro alcançou 35,1 meses em junho do corrente ano, face aos 31,9 meses de maio. Para o incremento do prazo médio em junho deste ano, contribuíram dois fatores: a) ofertas públicas de LFT e NTN-C, cujos prazos médios são relativamente elevados; e b) resgates líquidos de LTN, cujo prazo médio não passa de 5,2 meses. Portanto, mesmo face a uma conjuntura adversa, o Tesouro Nacional tem persistido na estratégia de alongamento do prazo médio da dívida, ainda que ao custo de uma

indesejável redução de sua parcela prefixada.

O crescimento da relação DLSP/PIB, ocorrido no primeiro semestre, deve-se sobretudo à depreciação cambial e aumento de juros. É provável tratar-se, portanto, de um choque passageiro, que não impedirá a retomada da trajetória descendente da dívida/PIB, tão logo passem os efeitos da crise argentina. Para a normalização das expectativas, será fundamental a manutenção da política fiscal em curso. Continua-se registrando elevados superávits primários, o que sinaliza o compromisso com a austeridade fiscal e com o acordo com o FMI. Por isso, não se espera crescimento explosivo da relação DLSP/PIB, devendo esta atingir cerca de 52,7 por cento em 2001 e 51,4 por cento em 2002, em um cenário básico. Mais pormenores sobre as possíveis trajetórias da dívida líquida são mostrados na subseção seguinte.

2.1 DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA

A expressiva depreciação da moeda nacional frente ao dólar - 17,9 por cento -, bem como a elevação da taxa *over-selic* média - 15,5 por cento em janeiro para 17,9 por cento ao ano em junho -, ocorridas no primeiro semestre deste ano, pressionaram o déficit e a dívida públicos. A DLSP atingiu 51,3 por cento do PIB em junho, em face dos 49,3 por cento em dezembro de 2000 e as NFSP acumuladas em doze meses elevaram-se a 5,3 por cento, diante dos 4,6 por cento registrados em dezembro do ano passado. Considerando o exposto acima e visando saber até que ponto a atual trajetória da

dívida é sustentável, esta subseção objetiva projetar a DLSP para 2001 e 2002, simulando cenários prováveis para as taxas de câmbio e juros, dentre outras variáveis.

Em junho de 2001, cerca de 42,7 por cento da DLSP era diretamente afetada pelo câmbio, sendo 19,0 por cento devidos à dívida externa líquida e 23,7 por cento à dívida interna. Observa-se que, nesse mês, a participação da dívida líquida cambial na DLSP superou a proporção da dívida líquida indexada à taxa *over-selic* - 39,1 por cento. Conseqüentemente, a DLSP torna-se mais sensível a variações cambiais do que ao aumento da taxa de

juros. Por sua vez, os títulos públicos federais atualizados pela variação cambial, em junho, atingiram 26,4 por cento da dívida mobiliária federal em mercado. Essa relação cresceu no primeiro semestre deste ano, porque o governo sancionou a maior demanda do mercado por *hedge* cambial, aumentando a oferta de NBC-E. A maior procura por dólares foi causada sobretudo

pelo chamado "efeito contágio" da crise da Argentina - em meio à incerteza quanto à aprovação, pelo congresso, do pacote fiscal destinado a salvar o regime cambial portenho - e agravado, internamente, pela inexistência de um mercado maduro de instrumentos privados de cobertura cambial. Assim, praticamente toda demanda por *hedge* cambial dirige-se para os títulos públicos (NBC-E), agravando potencialmente a situação fiscal.

No exercício de simulação apresentado a seguir, consideraram-se três cenários - básico, mais favorável e menos favorável -, cujas hipóteses são mostradas na Tabela 2.2 desta subseção. O cenário básico trabalha com a hipótese de que a instabilidade externa será revertida até o final do ano, permitindo a redução das taxas de câmbio a partir do quarto trimestre de 2001 (com ligeira depreciação no segundo semestre de 2002) e a retomada consistente da redução da taxa de juros em 2002. No cenário mais favorável, o pressuposto fundamental é uma melhoria geral das expectativas (solução da crise argentina), tal que propicie a redução consistente do câmbio e juros a partir de agosto deste ano. Por sua vez, no cenário menos favorável, a política monetária reage ao agravamento da crise externa elevando os juros em relação aos cenários anteriores, de modo a minimizar o chamado efeito *pass through* e cumprir a meta de inflação. Com isso, tem-se naturalmente menor crescimento do produto. Portanto, entre o melhor e o pior cenários supõe-se uma significativa mudança no estado das expectativas, de modo a não se observar uma relação linear entre câmbio e juros. Além disso, pressupõe-se, nos três cenários, que a política fiscal será um pouco mais restritiva do que se previa antes da crise argentina, a fim de elevar o superávit primário para 3,35 por cento do PIB em

2001 e 3,50 por cento em 2002, conforme acertado na prorrogação do acordo com o

FMI até dezembro de 2002.

TABELA 2.2
HIPÓTESES DE SIMULAÇÃO - 2001/2002

Ano Cenário	2001			2002		
	básico	mais favorável	menos favorável	básico	mais favorável	menos favorável
over-selic (% a.a.) ⁽¹⁾	17,20	16,50	17,70	16,90	16,10	17,90
inflação (% a.a.) ⁽²⁾	9,40	9,40	9,40	5,40	5,00	5,40
câmbio (R\$/US\$) ⁽³⁾	2,32	2,30	2,35	2,38	2,35	2,54
PIB (% a.a.) ⁽⁴⁾	2,60	3,00	2,30	3,20	3,50	3,00
superávit primário (% PIB)	3,40	3,40	3,40	3,50	3,50	3,50

Notas: (1) - taxa média nominal; (2) - variação do IGP-DI médio; (3) - valor de venda, média do período; (4) - taxa de crescimento real.

De acordo com os resultados das simulações, mostrados na Tabela 2.3, considerando as hipóteses apresentadas na Tabela 2.2 para os três cenários, não há motivo para crer que a dívida e o déficit públicos estejam em trajetória explosiva. Mesmo no cenário menos favorável, em que o estresse cambial e o aumento dos juros fariam a relação DLSP/PIB subir

para 54,8 por cento em 2001, esta relação voltaria a decrescer no ano seguinte, e em face do aperto fiscal em 2002 e a possibilidade de crescimento do PIB após o término da crise energética. Nos outros cenários, a trajetória da relação DLSP/PIB é igualmente decrescente em 2001-2002, não apenas em decorrência dos fatores citados acima, mas também em virtude da redução da taxa de juros.

TABELA 2.3
DLSP E NFSP: ESTIMATIVAS PARA 2001/2002

Cenário	DLSP ⁽¹⁾	NFSP ⁽²⁾	% do PIB
			Juros Nominais ⁽²⁾
2001 (básico)	52,9	5,0	8,4
2001 (mais favorável)	52,4	4,7	8,1
2001 (menos favorável)	54,8	5,9	9,3
2002 (básico)	51,7	4,2	7,7
2002 (mais favorável)	50,6	3,7	7,2
2002 (menos favorável)	53,8	4,7	8,2

Fonte: Banco Central (dados primários). Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Notas: (1) saldos em final de período; (2) fluxos acumulados no ano.

Na Tabela 2.4, pode-se ver que, no cenário menos favorável, as maiores contribuições para o aumento da relação DLSP/PIB - relativamente ao cenário

básico - provêm da desvalorização cambial, em 2001 e 2002 - 1,75 e 1,67 pontos percentuais do PIB, respectivamente. Isso se explica pela

expressiva participação da dívida líquida cambial na DLSP. Contudo, em 2002, a intensidade relativa do efeito cambial sobre a dívida pública tenderá a ser menor do que em 2001, porque a atuação conjunta da política monetária com um maior esforço fiscal (elevação do superávit primário) deve arrefecer o ritmo de depreciação cambial. No que toca ao

cenário mais favorável, com melhores expectativas e trajetórias mais favoráveis das principais variáveis macroeconômicas, predominam os efeitos contracionistas sobre a relação DLSP/PIB (Tabela 2.4). Novamente, o efeito do câmbio é fundamental, só que em sentido inverso ao do pior cenário. Ou seja, no cenário mais favorável, a redução da taxa de câmbio contribuiria significativamente para a redução da relação dívida/PIB em 2001-2002. Quer dizer, como a dívida líquida é tão sensível à depreciação quanto à apreciação cambial, em uma eventual retomada da queda da taxa de câmbio, a dívida líquida seria igualmente reduzida, *cæteris paribus*.

As simulações apresentadas nesta subseção sugerem que, mesmo que o câmbio se deprecie suavemente em 2002 - o que é consistente com a necessidade de manter a competitividade externa -, a relação DLSP/PIB pode ser reduzida com a queda dos juros, expansão do produto e aumento do superávit primário. Este

último, aliás, seria tão importante na consolidação da melhoria das expectativas quanto na redução direta da dívida. Por tudo isso, não parece procedente a afirmativa de que, com câmbio flexível, face à atual crise argentina, a dívida pública brasileira tenha começado a crescer explosivamente.

3 RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

O superávit primário do governo federal no primeiro semestre de 2001 foi de R\$ 19.486 milhões -3,3 por cento do PIB -, comparado aos R\$ 15,6 bilhões - 2,7 por cento do PIB -, obtidos no mesmo período de 2000, conforme apurado pelo BACEN. Considerando-se o critério de pagamento efetivo divulgado pela STN/MF, o superávit no primeiro semestre de 2001 foi de R\$ 18,6 bilhões, representando uma discrepância estatística, com relação aos dados divulgados pelo BACEN, de apenas 0,1 por cento do PIB.

Considerando-se as informações divulgadas pela STN/MF, verifica-se que o resultado do Governo Central foi, no primeiro semestre de 2001, cerca de R\$ 3,1 bilhões superior ao obtido em igual período de 2000. Essa melhora está inequivocamente ligada ao aumento de cerca de 2,3 por cento do PIB, verificado na receita do Tesouro (exclusive contribuição ao plano de seguridade dos servidores-CPSS), que mais do que compensou a piora dos déficits previdenciários do governo central, e o aumento ocorrido nas despesas do Tesouro. A obtenção de um elevado superávit primário do Governo Central, juntamente com os resultados obtidos nas demais esferas de governo e nas empresas estatais, permitiu ultrapassar, com bastante folga, a meta acordada com o Fundo Monetário Internacional para o primeiro semestre do ano, no resultado consolidado do setor público não financeiro.

O excelente resultado alcançado pelo Governo Central, deve salientar-se,

ocorreu a despeito de, até o presente momento, ter-se frustrado a arrecadação prevista para a CPMF, e também ter-se verificado uma piora nos déficits das previdências pública e dos trabalhadores do setor privado (INSS). No caso do INSS, a piora está relacionada ao aumento ocorrido, em abril, no salário mínimo, enquanto no caso da previdência dos servidores públicos, a deterioração do resultado, a despeito da não concessão de reajuste salarial generalizado, decorre da concessão de reajustes a carreiras específicas. Por sua vez, as demais despesas de custeio e investimento (OCC) também apresentaram um incremento bastante considerável, em relação a 2000, como decorrência, entre outros fatores, do aumento verificado nos gastos com saúde, ocorrido em cumprimento a Emenda Constitucional nº. 29, além do fato de que, naquele ano, verificou-se o cumprimento da Lei do Duodécimo, ao contrário do que ocorreu no presente ano.

Com respeito ao resultado do ano de 2001, as perspectivas são de uma possível retração no crescimento da arrecadação federal, tanto do Tesouro como do INSS, como decorrência do arrefecimento do crescimento econômico no segundo semestre, determinado pelos efeitos de uma política monetária mais contracionista, como resposta às crises energética e argentina. Em virtude dessas crises, inclusive, o Governo publicou o Decreto nº. 3.878, em 25 de julho, em que determinou um corte das despesas de OCC da ordem de R\$ 965 milhões. Esse corte só não foi maior, como o mercado vinha esperando, pelo

fato de haver uma expectativa bastante positiva com respeito ao resultado das empresas estatais federais. Por seu turno, os déficits previdenciários continuarão a pressionar o resultado do Governo Central, como decorrência da redução do crescimento da massa de salários do setor privado, e por força, do lado das despesas, do efeito dos reajustes do salário mínimo e dos demais benefícios, bem como dos reajustes concedidos a diversas carreiras públicas.

A despeito dos diversos efeitos negativos esperados para o segundo semestre, nas diversas esferas de Governo, não é de se esperar que as metas acordadas com o FMI corram algum risco. Ao contrário, é

bastante provável que se consiga inclusive alcançar um superávit da ordem de 3,35 por cento do PIB, conforme se acertou recentemente no acordo com o FMI, como resposta aos efeitos das crises enfrentadas no momento, já que, por um lado, estima-se que os efeitos da crise energética limitar-se-ão a menos de R\$ 2,0 bilhões, conforme estimativas recentes desta Coordenação, enquanto, por outro lado, ainda não se começou a ter impactos no caixa federal as medidas de fiscalização implementadas pela Secretaria da Receita Federal, como resultado da aprovação de leis que permitem o uso das informações da CPMF no cruzamento com informações dos demais impostos.

TABELA 3.1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL
 Critério de Pagamento Efetivo
 JAN - JUN /2000-2001

Especificação	R\$ milhões e % do PIB (*)			
	Jan-Jun 2000		Jan-Jun 2001	
	R\$	%	R\$	%
A.Saldo do Tesouro ⁽¹⁾	29.561	5,2	35.235	6,0
Receita do Tesouro	85.462	15,0	101.262	17,3
Transferências a Estados/Municípios ⁽²⁾	(19.747)	(3,5)	(23.041)	(3,9)
Receita Líquida do Tesouro	65.714	11,5	78.221	13,4
Despesas	36.154	6,3	42.986	7,3
Pessoal e Encargos (Ativos + Transfer. aos Estados e ao DF)	14.489	2,5	16.531	2,8
Outros Custeios e Capital	20.755	3,6	24.853	4,2
Subsídios ⁽³⁾	910	0,2	1.603	0,3
B.Saldo da Previdência	(14.078)	(2,5)	(16.596)	(2,8)
INSS	(3.663)	(0,6)	(4.319)	(0,7)
Receita Total	25.324	4,4	28.790	4,9
Despesa do INSS	28.987	5,1	33.108	5,7
Benefícios Previdenciários	28.987	5,1	33.108	5,7
SERVIDORES PÚBLICOS (Inativos)	(10.415)	(1,8)	(12.277)	(2,1)
Contrib. Plano Seg. Soc. Servidores	1.725	0,3	1.754	0,3
Desp. com Aposent., Reform. e Pensões	12.140	2,1	14.032	2,4
D.Result. Prim. do Gov. Federal (A+B)	15.482	2,7	18.639	3,2
E. Result. Primário Apurado pelo BACEN	15.633	2,7	19.486	3,3
F. Discrepância Estatística ⁽⁴⁾	(151)	(0,0)	(847)	(0,1)

Fontes: SIAFI-CCONT/STN, COFIN/STN, SRF e BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(*) PIB de R\$ 960,9 e R\$ 1077,8 bilhões, respectivamente, para 2000 e 2001.

(1) Inclui o resultado primário do Banco Central.

(2) Incluem as transferências constitucionais (exceto aquelas destinadas aos fundos regionais: FNE/FNO/FCO) mais Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir).

(3) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

(4) Corresponde à diferença entre o resultado primário do governo federal apurado "acima da linha" pela STN e o resultado primário "abaixo da linha", apurado pelo BACEN.

3.1 TESOIRO NACIONAL

O resultado do Tesouro Nacional apresentou uma melhora, com relação ao primeiro semestre de 2000, tendo crescido de R\$ 19,1 bilhões para R\$ 23,0 bilhões em igual período de 2001, o que representou um acréscimo de 0,2 ponto em termos de percentagem do PIB.

A referida melhora teve por base o crescimento da receita do Tesouro, líquida de transferências a estados e municípios, que se elevou cerca de 16,6 por cento em termos nominais, no primeiro semestre do ano, tendo por base não apenas a aceleração da atividade econômica, com reflexos em impostos e contribuições, mas também, e sobretudo, um aumento de receitas extraordinárias.

O aumento da receita do Tesouro mais do que compensou o crescimento registrado nas despesas, mesmo tendo estas registrado um aumento nominal de cerca de 18,0 por cento, passando de R\$ 48,2 bilhões, no primeiro semestre de 2000, para R\$57,0 bilhões, em igual período do corrente ano. No caso de pessoal e encargos, ocorreu um aumento de cerca de 15,0 por cento, em 2001, como resultado da revisão dos planos de diversas carreiras de Estado, inclusive de militares, cujo peso na folha de salários é relativamente elevado. Por sua vez, as despesas com subsídios apresentaram um incremento de R\$ 700 milhões, equivalente a 0,1 ponto de percentagem do PIB, em decorrência

sobretudo de compras no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). Além disso, as depreciações da moeda nacional, particularmente, contribuíram igualmente para a elevação de quase 60,0 por cento nos subsídios do PROEX. Já as demais despesas correntes e de capital sofreram um incremento nominal de 22,7 por cento, correspondente a cerca de 0,3 ponto de percentagem do PIB, como reflexo, em especial, da aprovação de Emenda Constitucional estabelecendo uma forma de vinculação entre os gastos com a saúde pública e o crescimento econômico. Além disso, como em 2001, ao contrário dos primeiros meses de 2000, não houve liberação de recursos orçamentários com base na regra do duodécimo, uma parte do aumento de gastos é explicada por uma compressão artificial dos gastos do primeiro semestre de 2000.

Como tendência, entretanto, cabe frisar que os gastos, no segundo semestre, exceto os relativos a subsídios (gastos sazonais) deverão continuar a aumentar, como reflexo dos mesmos efeitos que contribuíram para a expansão no primeiro semestre, relativamente a 2000, o que poderá levar a uma piora relativa do resultado primário do Tesouro, uma vez que se espera uma retração do crescimento econômico, nos próximos meses, por força dos efeitos das crises de energia e argentina, a qual motivou uma elevação das taxas de juros domésticas, que terá efeitos negativos sobre a arrecadação do Tesouro Nacional.

TABELA 3.2
RESULTADO PRIMÁRIO DO TESOURO NACIONAL
JAN-JUN/2000-2001

Especificação	R\$ milhões e % do PIB			
	2000		2001	
	R\$	%	R\$	%
I. Receita do Tesouro	90.033,60	17,4	105.309,00	18,0
Restituições e Incentivos Fiscais	(2.847,00)	(0,6)	(2.292,50)	(0,4)
II. Transferências a Estados e Municípios ⁽¹⁾	19.747,20	3,8	23.041,40	3,9
III. Receita Líquida do Tesouro (I+II)	67.439,40	13,0	79.975,10	13,7
IV. Despesas	48.294,10	9,3	57.018,03	9,7
Pessoal e Encargos (Ativos +transf. aos Estados e ao DF)	26.628,90	5,1	30.562,70	5,2
Despesas do FAT	2.622,30	0,5	2.613,70	0,4
Subsídios ⁽²⁾	910,40	0,2	1.602,63	0,3
Outros Custeios e Capital ⁽³⁾	18.132,50	3,5	22.239,00	3,8
V. Resultado Primário do Tesouro Nacional (III-IV)	19.145,30	3,7	22.957,07	3,9

Fontes: SIAFI/CCONT/STN, COFIN/STN, SRF e BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(1) Incluem as transferências constitucionais (exceto aquelas destinadas aos Fundos Regionais:

FNE/FNO/FCO) mais Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir).

(2) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações com Fundos Regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

(3) Inclui o resultado primário do Banco Central.

3.1.1 RECEITAS

No primeiro semestre de 2001, a arrecadação federal bruta (exclusive receitas do INSS) atingiu o montante de R\$ 107,8 bilhões, a preços de junho, contra um total de R\$ 101,8 bilhões alcançados em igual período de 2000, crescendo 5,9 por cento, em termos reais. Impostos e contribuições registraram crescimento real moderado no período, enquanto as demais receitas cresceram 32,4 por cento a preços constantes, impulsionadas, sobretudo, pelas receitas decorrentes de concessões de serviços públicos e dividendos pagos à União (tabelas 3.3 e 3.4).

Os impostos apresentaram incremento de receita de 1,7 por cento (Tabela 3.4). A exemplo de outros impostos que sofreram os reflexos da depreciação cambial em 2001, a arrecadação do Imposto sobre Importação

elevou-se em 11,3 por cento, apesar da redução para zero da alíquota do imposto sobre importação de petróleo em janeiro de 2001. Contribuiu também para esse ganho real o aumento do volume de importações.

O Imposto de Renda-Total e o IPI-Total registraram uma certa estabilidade em relação ao primeiro semestre de 2000. A queda do IRPJ refletiu o efeitos da arrecadação extraordinária de R\$ 975 milhões relativa a depósitos judiciais e administrativos ocorrida em março de 2000, da redução na arrecadação proveniente de pagamentos por estimativa e da arrecadação referente à Declaração de Ajuste das instituições financeiras, em função da maior lucratividade observada em 1999, com reflexos positivos no ajuste efetuado em 2000. Por sua vez, destaca-se o desempenho do IRRF, particularmente do IRRF sobre rendimentos de capital, devido à elevada arrecadação verificada

em operações de *swap*, e do IRRF sobre remessas para o exterior, devido à saída de capitais, ambos relacionados à depreciação da taxa de câmbio. Já o IRRF sobre rendimentos do trabalho apresentou crescimento de 7,6 por cento, retratando uma certa recuperação do mercado de trabalho formal no período, tanto do ponto de vista do nível de emprego, como do aumento de salários. Em relação ao IPI, o IPI-Automóveis e o IPI-Vinculado à Importação registraram acréscimos reais de receita. No primeiro caso, isso ocorreu em razão do maior volume de vendas de veículos no mercado interno e, no segundo, em função da depreciação cambial. Quanto ao IPI-Outros, a queda da arrecadação deveu-se basicamente à reestruturação de alíquotas do imposto.

No que se refere às contribuições, estas cresceram em termos reais 2,9 por cento em 2001 (Tabela 3.4), influenciadas pelo comportamento da COFINS e PIS-PASEP. A mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e o pagamento por substituição do setor automotivo explicam, em grande parte, os aumentos reais de arrecadação de 10,5 por cento e 3,5 por cento da COFINS e PIS-PASEP, respectivamente. Por outro lado, a CPMF, que apresentou queda real, teve o seu desempenho comprometido pelo fato de sua alíquota ter sido reduzida, em 17 de junho de 2000, de 0,38 por cento para 0,30 por cento, só tendo retornado à alíquota anterior em 18 de março, afetando sua arrecadação em 2001. Como ocorreu com o IRPJ, a CSLL também apresentou elevada arrecadação extra de depósitos judiciais e administrativos em março de 2000 - R\$ 461 milhões - e redução na

arrecadação relativa à Declaração de Ajuste das instituições financeiras, que concorreram para uma variação negativa dessa contribuição de 12,5 por cento.

As demais receitas apresentaram um bom desempenho no período, crescendo em termos reais 32,4 por cento e aumentando sua participação na arrecadação bruta do Tesouro Nacional de 12,1 por cento para 15,1 por cento, quando comparados os primeiros semestres de 2000 e 2001 (Tabela 3.4). Contribuíram principalmente para essa expansão as receitas decorrentes de concessões de serviços públicos, particularmente de telefonia celular das Bandas B, D e E – R\$ 3,6 bilhões -; e dividendos pagos à União – R\$ 2,1 bilhões -, com destaque para Petrobras, BNDES e FND. Note-se que, as receitas de concessões e dividendos cresceram 98,0 por cento e 43,2 por cento, respectivamente, em 2001 (Tabela 3.3).

Contribuíram, ainda, para o aumento das demais receitas os *royalties* pagos pela Petrobras e participações especiais, por conta da exploração e produção de petróleo e gás natural, atingindo o montante de R\$ 2,4 bilhões no primeiro semestre de 2001, contra R\$ 1,6 bilhão em igual período de 2000. Além disso, os recolhimentos de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) alcançaram R\$ 656,9 milhões no período, contra R\$ 246,5 milhões auferidos até junho de 2000.

TABELA 3.3
ARRECADAÇÃO FEDERAL
RECEITAS PERMANENTES - ARRECADADORAS E REGULATÓRIAS - E TRANSITÓRIAS
JAN - JUN/2000 - 2001

RS milhões de junho/01.

Especificação	2000	2001	Variação(%)
Receitas ⁽¹⁾			
1. Permanentes	98.328	101.816	3,5
1.1. Arrecadoras	92.348	95.299	3,2
Impostos	41.216	41.504	0,7
IPI - Total	9.810	9.879	0,7
IR - Total	31.405	31.625	0,7
Contribuições	42.281	43.497	2,9
COFINS	20.794	22.975	10,5
CPMF	8.377	8.091	(3,4)
PIS-PASEP	5.504	5.697	3,5
CSLL	5.446	4.764	(12,5)
CPSS	1.952	1.797	(7,9)
Contribuição para o FUNDAF	209	172	(17,5)
Demais Receitas ⁽²⁾	8.852	10.298	16,3
1.2. Regulatórias	5.980	6.516	9,0
Imposto sobre Importação	4.220	4.698	11,3
IOF	1.673	1.774	6,1
ITR	87	45	(48,7)
2. Transitórias	3.438	5.971	73,7
Concessões	1.910	3.783	98,0
Dividendos ⁽³⁾	1.528	2.188	43,2
Conta Petróleo	0	0	
3. Receita Total (1+2)	101.767	107.787	5,9

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração:CFP/DIMAC/IPEA. Inflator:IGP-DI.

(1) Exclusive as Receitas do INSS. Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.

(2) Demais Receitas inclui as receitas diretamente arrecadadas pela STN e outras receitas administradas pela SRF.

(3) Os dividendos foram classificados como não regulares porque grande parte das empresas está em processo de privatização.

Obs.: Tributos regulatórios são aqueles que têm, entre seus objetivos, regular a atividade econômica.

O Gráfico 3.1 mostra a evolução da arrecadação federal entre dezembro de 1994 e junho de 2001 (fluxos dos últimos 12 meses), a preços de junho de 2001, exclusive receitas de concessão, Conta Petróleo e outras não administradas pela Secretaria da Receita Federal. Como no gráfico não são deduzidos os efeitos derivados de receitas extraordinárias, o crescimento da arrecadação, desde agosto de 1998, é apenas moderado, verificando-se algumas mudanças nas composições das receitas. Destaca-se o crescimento da participação das contribuições, o qual é especialmente motivado pela reintrodução

da CPMF e pelo aumento da alíquota da COFINS, de 2,0 por cento para 3,0 por cento. Note-se, no final do período, uma trajetória ligeiramente ascendente para contribuições e de relativa estabilidade para arrecadação total, impostos e demais receitas.

Ressalta-se que só se contabilizam as receitas conforme apurado pela Secretaria da Receita Federal, ao contrário do que mostra a Tabela 3.4, que se refere a dados da SRF e da STN. A razão de se seguir este caminho é a disponibilidade da série de dados.

TABELA 3.4
ARRECAÇÃO FEDERAL
IMPOSTOS - CONTRIBUIÇÕES - DEMAIS RECEITAS
JAN - JUN/2000 - 2001

R\$ milhões de Junho/01.

Especificação	2000	2001	Variação(%)
IMPOSTOS	47.196	48.020	1,7
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	4.220	4.698	11,3
II - Petróleo	177	5	(97,4)
II - Demais	4.043	4.693	16,1
IPI	9.810	9.879	0,7
IPI - Fumo e Bebidas	2.160	2.124	(1,7)
IPI - Automóveis	1.130	1.399	23,8
IPI - Vinculado à Importação	2.411	2.468	2,4
IPI - Outros	4.110	3.889	(5,4)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	31.405	31.625	0,7
IRPF	2.353	2.403	2,1
IRPJ	10.344	8.526	(17,6)
IRRF	18.707	20.696	10,6
IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.417	10.135	7,6
IRRF - Rendimentos de Capital	5.965	7.142	19,7
IRRF - Remessas para o Exterior	1.644	2.148	30,7
IRRF - Outros Rendimentos	1.681	1.271	(24,4)
IOF	1.673	1.774	6,1
ITR	87	45	(48,7)
CONTRIBUIÇÕES	42.281	43.497	2,9
CPMF	8.377	8.091	(3,4)
COFINS	20.794	22.975	10,5
PIS-PASEP	5.504	5.697	3,5
CSLL	5.446	4.764	(12,5)
OUTRAS ⁽¹⁾	2.160	1.969	(8,8)
DEMAIS RECEITAS ⁽²⁾	12.290	16.269	32,4
RECEITA TOTAL BRUTA ⁽³⁾	101.767	107.787	5,9

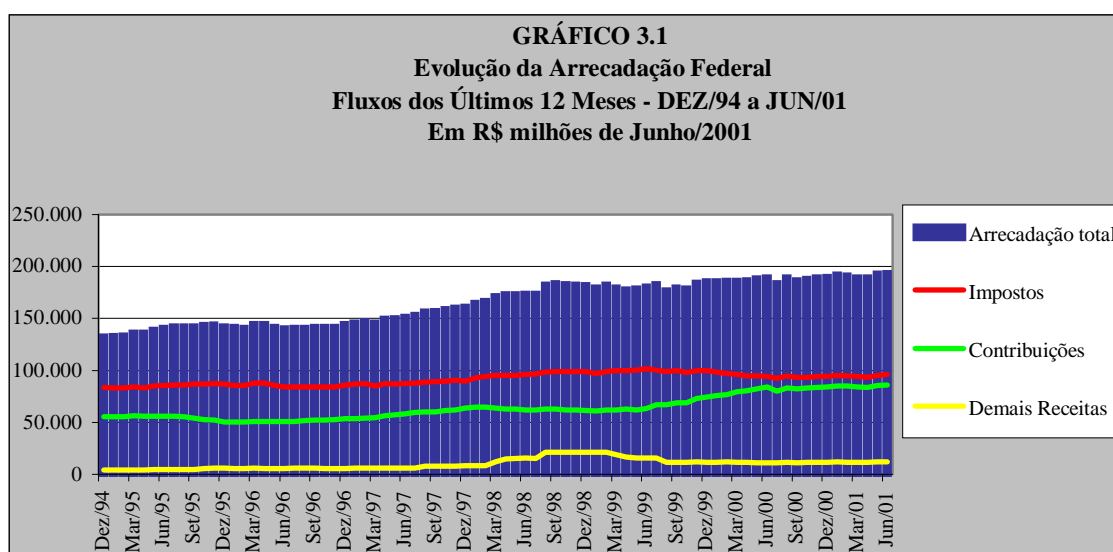
Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA. Inflator: IGP-DI.

(1) Engloba a CPSS e Contribuição para o FUNDAF.

(2) Engloba Outras Receitas Administradas SRF, Dividendos, Concessões, Conta Petróleo, e Receitas Diretamente Arrecadadas STN.

(3) Exclusiva as Receitas do INSS.

Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.



Fonte: SRF/MF. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Arrecadação Federal para 2001

A perspectiva da economia brasileira no curto prazo é de desaceleração da atividade econômica em função da crise energética, principalmente, e da crise argentina, com conseqüências sobre a arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais.

No que tange às receitas federais no Brasil, segundo estudos do GAC/DIMAC/IPEA, dados de período recente sugerem que variações de arrecadação de impostos e contribuições tipicamente vinculados à atividade econômica dependem defasadamente da variação real do PIB. Sugerem, também, que tais tributos apresentam variações menos pronunciadas do que a do PIB real. Tais considerações permitem inferir que a queda da arrecadação federal, prevista para o segundo semestre, deverá ocorrer de forma gradual e não muito pronunciada. Além disso, mesmo os tributos mais atrelados ao nível de atividade econômica têm apresentado um certo grau de autonomia em relação aos movimentos do

PIB. Isso acontece porque o governo central tem uma certa margem de manobra para aprovar mudanças na legislação, que podem resultar em alterações de alíquotas, bases de cálculo, etc.

Adiciona-se a esses fatos o esforço de melhoria da máquina fiscalizadora que poderá vir a estimular o desempenho de arrecadação dos tributos federais, em geral, e as mudanças que vêm sendo implementadas na legislação tributária, desde 1999, e têm melhorado a qualidade da arrecadação sob a ótica fiscal, com o crescimento das receitas permanentes, a partir de 2000, o que já demonstra uma mudança no patamar de arrecadação.

Em face das considerações expostas, pode-se esperar que o bom desempenho demonstrado pela arrecadação em 2000 deverá continuar ao longo de 2001, embora em menor proporção ao inicialmente previsto. Ademais, não há indicações de comprometimento das metas de superávit primário.

3.1.2 DESPESAS

As despesas do Tesouro Nacional no primeiro semestre de 2001 (exclusive gastos com benefícios do INSS) aumentaram, em termos nominais, 17,6 por cento em relação ao mesmo período do ano passado (Tabela 3.5 e Gráfico 3.2). Em termos reais, usando como deflator o IGP-DI, aumentaram 6,5 por cento. Como proporção do PIB, as despesas

aumentaram 0,5 ponto de percentagem, passando de 13,1 por cento no primeiro semestre de 2000 para 13,6 por cento no mesmo período do corrente ano. Os gastos que mais cresceram, em termos nominais, foram subsídios e subvenções econômicas - 76,0 por cento - e outros custeios e capital - 22,4 por cento. Já as transferências aos estados e municípios subiram 16,7 por cento e as despesas com pessoal e

encargos sociais, 14,8 por cento. As despesas do FAT, compreendendo os gastos com seguro-desemprego e abono salarial aos beneficiários do PIS-PASEP, permaneceram aproximadamente no mesmo patamar - queda de 0,3 por cento.

As despesas com outros custeios e capital (OCC) alcançaram R\$ 21,9 bilhões no primeiro semestre de 2001, contra R\$ 17,9 bilhões no mesmo período de 2000. Em relação ao PIB, essas despesas aumentaram de 3,5 para 3,7 por cento. Esse crescimento é explicado por dois fatores. De um lado, houve aumento das despesas com custeio e investimento do Ministério da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou, a partir de setembro do ano passado, os recursos destinados a essa área. No acumulado até junho, as despesas desse ministério atingiram R\$ 9,5 bilhões, contra R\$ 8,1 bilhões no mesmo período do ano passado. Por outro lado, não houve, no corrente ano a aplicação da regra do duodécimo que vigorou no período janeiro- abril de 2000.

Quanto às transferências aos estados e municípios, o valor de R\$ 23 bilhões no primeiro semestre do ano - aumento de R\$ 3,3 bilhões no período analisado - significou pequeno aumento em relação ao PIB - de 3,8 para 3,9 por cento. As transferências constitucionais tiveram acréscimo de R\$ 2,5 bilhões em relação ao primeiro semestre do ano passado, desempenho que foi influenciado pelas transferências ocorridas em janeiro, como resultado do bom desempenho da arrecadação do IPI e do IR no final do ano passado. Os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir)

aumentaram em R\$ 160 milhões no primeiro semestre de 2000, mantendo-se no mesmo patamar como fração do PIB. Quanto ao item “Demais Transferências”, destacam-se os acréscimos de R\$ 324 milhões relativos ao pagamento de *royalties* por parte da Petrobras e o de R\$ 177 milhões referentes às transferências por conta do salário-educação.

O total dos gastos com o FAT, no acumulado do primeiro semestre, esteve um pouco abaixo do verificado no mesmo período do ano passado - queda de 0,3 por cento devido à melhora do desempenho do mercado de trabalho formal, com a conseqüente redução da demanda por seguro-desemprego. Quanto às despesas do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas, houve acréscimo de R\$ 693 milhões no período - aumento de 76,0 por cento. O item que mais influenciou foi o de gastos com subsídios à agricultura, que passou de R\$ 234 milhões no primeiro semestre de 2000 para R\$ 639 milhões em igual período do corrente ano, refletindo o aumento das despesas com aquisições de estoques de milho e arroz no âmbito de AGF. Destaca-se também o aumento dos subsídios vinculados às exportações no âmbito do Proex, em decorrência da desvalorização da taxa de câmbio ocorrida no período e do aumento da procura por financiamentos com recursos desse programa. Esses gastos passaram de R\$ 293 milhões, no primeiro semestre de 2000, para R\$ 468 milhões no mesmo período do corrente ano - aumento de 60,0 por cento.

TABELA 3.5
DESPESAS DO TESOIRO NACIONAL
JAN-JUN/2000-2001

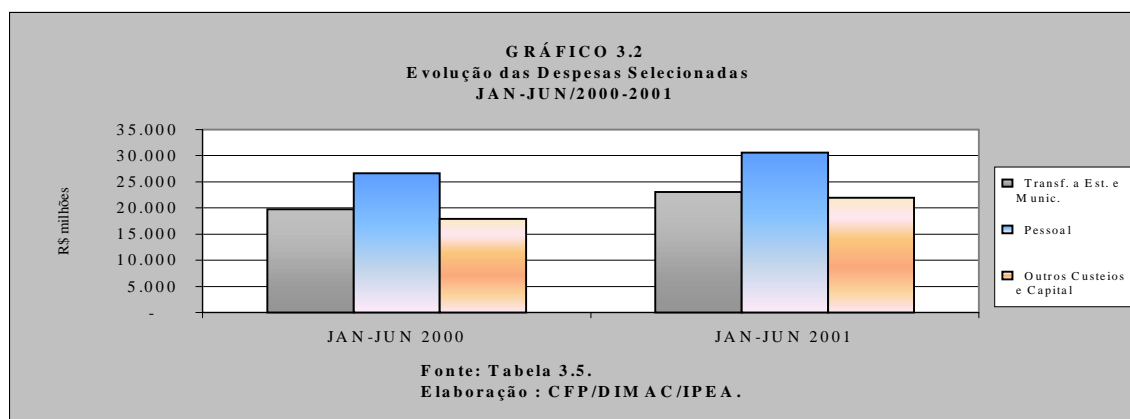
Especificação	Em R\$ milhões		
	2000	2001	Variação (%)
Despesa Total ⁽¹⁾	67.821	79.751	17,59
Transferências a Estados e Municípios ⁽²⁾	19.747	23.041	16,68
Pessoal e Encargos Sociais	26.629	30.563	14,77
Despesas do FAT	2.622	2.614	(0,33)
Outros Custeios e Capital	17.913	21.930	22,43
Subsídios e Subvenções Econômicas ⁽³⁾	910	1.603	76,03

Fonte : SIAFI - CCONT/STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(1) Apurado pelo critério de pagamento efetivo.

(2) Transferências Constitucionais mais Lei Complementar nº87/96 e demais transferências.

(3) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.



Gastos com Pessoal

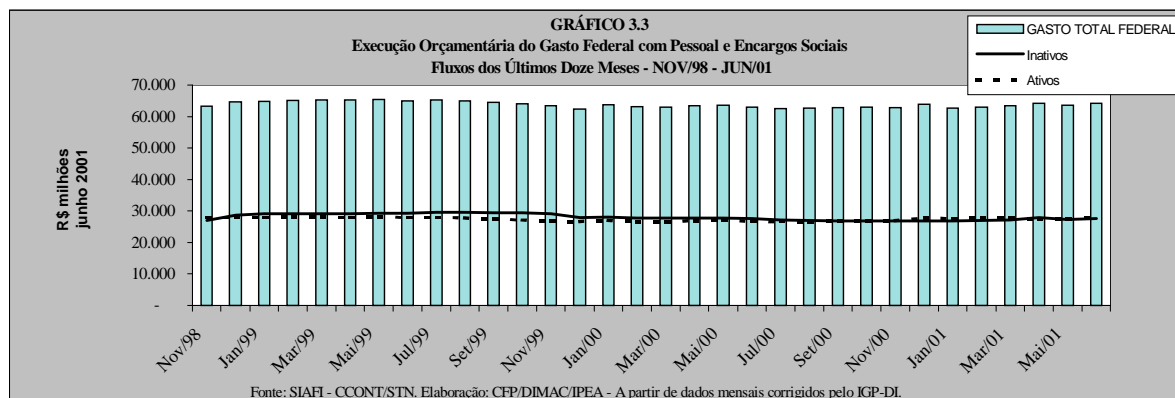
Os gastos com pessoal e encargos sociais, apurados pelo critério de competência, alcançaram R\$ 31,4 bilhões no primeiro semestre de 2001, representando um crescimento nominal de 11,7 por cento em relação aos R\$ 28,1 bilhões verificados no mesmo período do ano passado. Pelo critério de caixa, as despesas com pessoal atingiram R\$ 30,6 bilhões, contra R\$ 26,6 bilhões nesses dois períodos, respectivamente, apresentando aumento de 14,8 por cento no mesmo intervalo. Por esse

critério, essas despesas, como percentagem do PIB, tiveram ligeiro aumento, passando de 5,15 por cento para 5,21 por cento.

O aumento nominal das despesas com pessoal da União tem refletido a política salarial do Executivo em conceder reajustes diferenciados a algumas carreiras estratégicas de servidores públicos. Outros fatores que explicam o aumento da folha foram a entrada em vigor da nova Lei de Remuneração dos Militares e o

aumento dos gastos com pessoal dos

poderes legislativo e judiciário.



Acompanhando a evolução real dos fluxos dos últimos doze meses das despesas com pessoal e encargos sociais (critério de competência), observa-se tendência de estabilidade desses gastos ao longo do corrente ano (Gráfico 3.3). Em junho último, a preços desse mês, essas despesas alcançaram R\$ 64,1 bilhões, praticamente o mesmo nível verificado nos meses imediatamente anteriores.

No primeiro semestre de 2001, os gastos com pessoal ativo atingiram R\$ 13,4 bilhões e com inativos alcançaram R\$ 14,3 bilhões, conforme pode-se observar na Tabela 3.6. Em termos reais, comparando-se com os dados do mesmo período do ano passado, verifica-se que, enquanto os gastos com ativos caíram 0,9 por cento, as despesas com inativos aumentaram 4,6 por cento. Ressalte-se também que, no período analisado, os gastos reais com pessoal civil tiveram queda de 5,0 por cento, enquanto que, com pessoal militar, os gastos aumentaram 18,5 por cento.

Apesar dos aumentos verificados, a tendência para o ano como um todo é de

gastos com pessoal em montante provavelmente inferior aos R\$ 64,5 bilhões previstos na Lei Orçamentária anual. Em termos nominais, as despesas de pessoal aumentariam 16,0 por cento no corrente ano, caso fosse alcançado o valor de lei, mas até agora os gastos apresentaram um crescimento inferior a 15,0 por cento sobre o primeiro semestre de 2000. Mantido esse crescimento no segundo semestre, os gastos alcançariam um montante de R\$ 64,8 bilhões, cerca de R\$ 0,7 bilhão abaixo do previsto na lei.

Na área do Executivo, prevêem-se gastos adicionais no ano de pelo menos R\$ 1,5 bilhão com o reajuste dos militares. No âmbito dos poderes Judiciário e Legislativo, haverá o impacto da medida tomada pelo STF, em fins do ano passado, de conceder reajuste de 12,0 por cento aos servidores, com o pagamento dos atrasados desde 1994. Só no Judiciário, a previsão inicial é de gastos de R\$ 2,4 bilhões com o pagamento dos atrasados e gastos anuais de R\$ 0,8 bilhão com o reajuste. Os gráficos 3.3 e 3.4 mostram o comportamento dos gastos federais com pessoal e encargos sociais nos últimos anos.

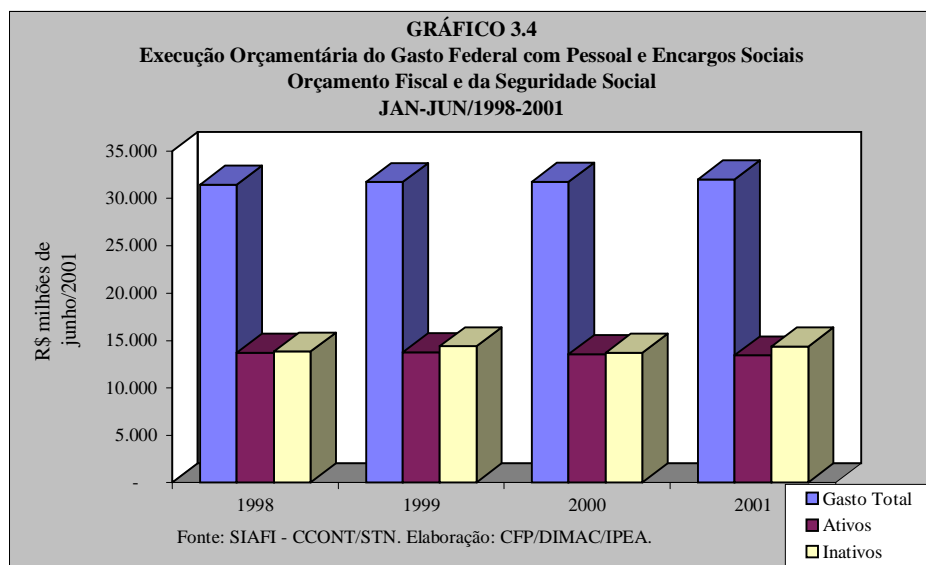


TABELA 3.6
GASTO PÚBLICO FEDERAL COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
JAN-JUN/1998 - 2001

	R\$ milhões de junho/2001			
DENOMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001
1. Pessoal Civil	19.438,6	19.892,5	19.267,8	18.302,1
1.1. Ativos	10.610,0	10.831,0	10.532,6	10.084,9
1.2. Inativos e Pensionistas	8.828,6	9.061,5	8.735,2	8.217,2
2. Pessoal Militar	8.129,9	8.243,8	7.994,6	9.472,4
2.1. Ativos	3.125,7	2.915,3	3.019,0	3.342,9
2.2. Reformas e Pensões	5.004,2	5.328,5	4.975,6	6.129,6
3. Pessoal Civil e Militar (1 + 2)	27.568,5	28.136,3	27.262,5	27.774,5
3.1. Ativos	13.735,7	13.746,3	13.551,6	13.427,7
3.2. Inativos, pensionistas, reformas e pensões	13.832,7	14.390,0	13.710,8	14.346,8
4. Total União (3 + Obrigações Patronais)	29.976,3	30.127,0	30.130,5	30.433,9
4.1. Pessoal Civil e Militar	27.568,5	28.136,3	27.262,5	27.774,5
4.2. Obrigações Patronais e Outras Aplicações	2.407,8	1.990,7	2.868,0	2.659,4
5. Transferências aos Estados e ao DF				
para Pagamento de Pessoal	1.467,2	1.607,2	1.610,8	1.603,4
GASTO TOTAL FEDERAL (4 + 5)	31.443,5	31.734,2	31.741,3	32.037,3

Fonte: SIAFI - CCONT/STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA (a partir de dados mensais, corrigidos pelo IGP-DI).

A execução do orçamento no primeiro semestre de 2001 foi de R\$ 175,1 bilhões, correspondendo a apenas 42,5 por cento dos R\$ 412,4 bilhões da dotação orçamentária. As funções Encargos Especiais, que inclui o refinanciamento da dívida pública da União, com R\$ 89,3 bilhões, e Previdência Social, R\$ 49,4 bilhões, juntos se apropriaram de 79,2 por cento do total de recursos da execução orçamentária.

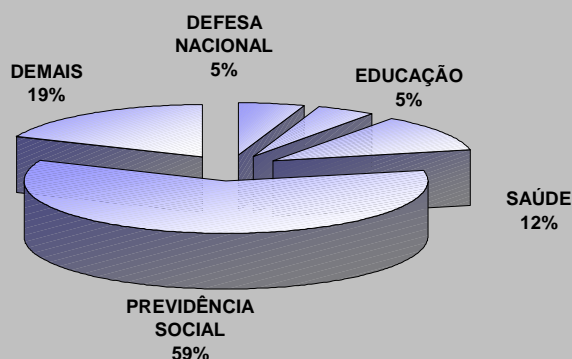
Do total da despesa não financeira, isto é, excetuando-se os gastos com Encargos Especiais, a função Previdência Social que inclui benefícios previdenciários do INSS e gastos com inativos da União, foi isoladamente responsável por 57,6 por cento do total das despesas primárias efetivamente alocadas pela União no primeiro semestre do ano. As funções Saúde, com R\$ 9,7 bilhões, e Educação, R\$ 3,8 bilhões, participaram respectivamente com 11,3 por cento e 4,4 por cento da despesa não-financeira. Outras funções que demandaram também grande volume de recursos foram Defesa Nacional - R\$ 4,5 bilhões e 5,2 por cento de participação - e Judiciária - R\$ 3,1 bilhões e 3,6 por cento de participação. Nas demais funções de governo, foram alocados R\$ 15,4 bilhões, que representam 17,9 por cento do total da despesa não financeira.

Cortes no Orçamento

Em fins de julho, o Governo Federal anunciou o corte de R\$ 968 milhões nas despesas de custeio e investimento previstas no Orçamento do corrente ano, dando uma demonstração de austeridade para fazer face aos maiores gastos com os encargos da dívida pública, em decorrência da alta da taxa de juros e da taxa de câmbio. O limite de gastos discricionários dos ministérios, que era de R\$ 52,2 bilhões, foi reduzido para R\$ 51,2 bilhões. Foram cortadas despesas de alguns ministérios e remanejados créditos suplementares que sairão da reserva orçamentária para programas prioritários. Os ministérios que sofreram os maiores cortes foram o das Comunicações - R\$ 497 milhões -, da Ciência e Tecnologia - R\$ 100 milhões - e das Minas e Energia - R\$ 72 milhões. Dentre os que tiveram suas dotações aumentadas, destacam-se a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - mais R\$ 256 milhões -, Saúde - R\$ 240 milhões - e Esporte e Turismo - R\$ 127 milhões.

No que se refere ao corte ocorrido no Ministério das Comunicações, ele concentrou-se no chamado Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Em função de uma nova sistemática, esse corte poderá tornar-se superávit financeiro e vir a ser incorporado às despesas do fundo previstas para 2002, correspondendo, portanto, a uma postergação do gasto, e não a um corte propriamente dito.

GRÁFICO 3.5
Participação das Funções na Despesa Não-Financeira da União (*)
JAN - JUN / 2001



Fonte : SIAFI – CCONT/STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(*) Exclui Administração Financeira e Programação a Cargo de Estados e Municípios

3.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

No primeiro semestre de 2001, a previdência social, pública e do INSS, apresentou um resultado deficitário de R\$ 16,6 bilhões, contra um déficit de R\$ 14,1 bilhões no mesmo período de 2000 - Tabela 3.7. Em percentagem do PIB, o referido déficit passou de 1,48 por cento do PIB, em 2000, para 1,52 por cento do PIB, em 2001.

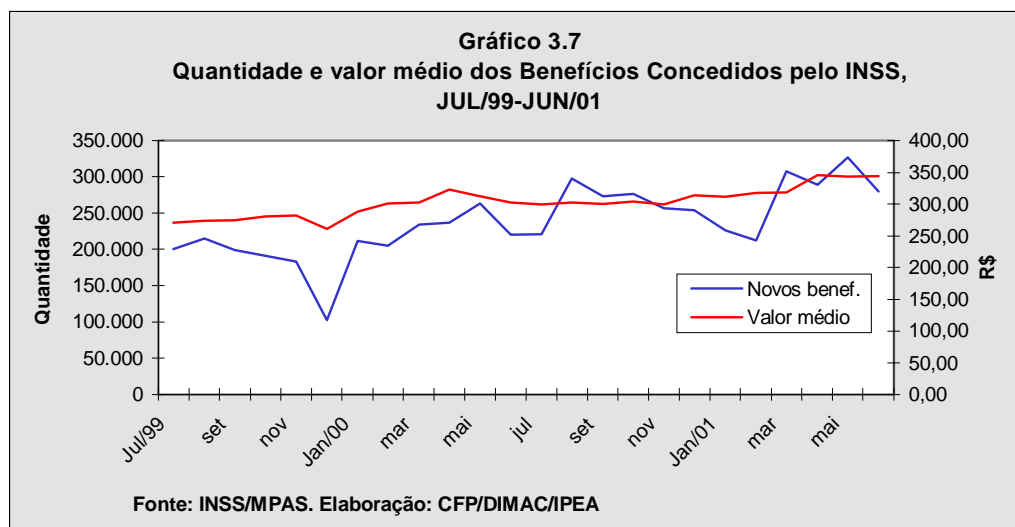
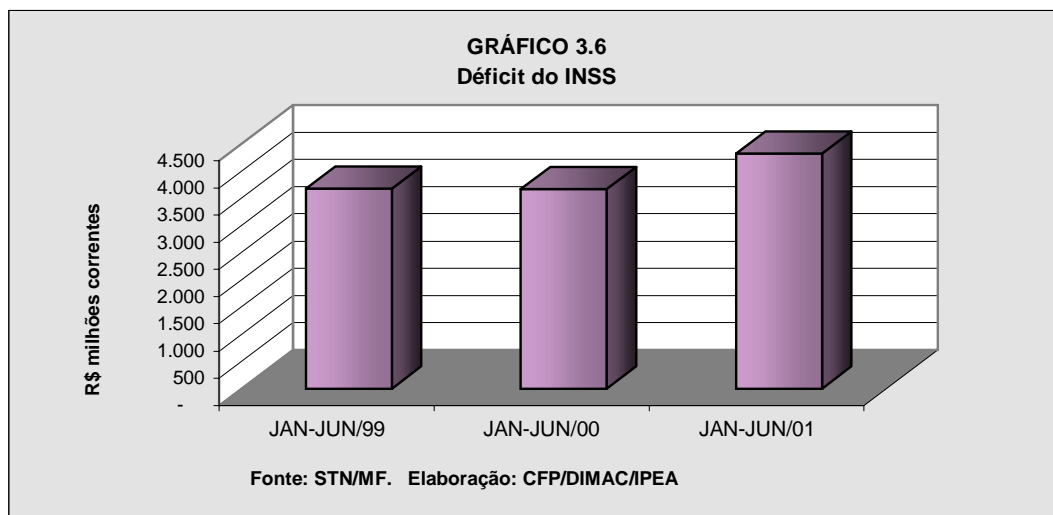
Tanto a previdência do setor público quanto o INSS contribuíram para o aumento do déficit previdenciário total. No caso da previdência dos servidores públicos, ocorreu um aumento de R\$ 1,8 bilhão, entre os primeiros semestres de

2000 e 2001, motivado, sobretudo, por um aumento das despesas com aposentadorias e pensões, decorrente da concessão de aumentos salariais a carreiras específicas. No caso do INSS, verificou-se aumento tanto das contribuições como do pagamento de benefícios previdenciários. Entretanto, o aumento real de 11,3 por cento concedido aos benefícios de valor igual a um salário mínimo, assim como o aumento das concessões de novos benefícios e de seu valor médio (Tabela 3.7) acarretaram um diferencial no crescimento dos gastos relativamente ao da arrecadação, deteriorando ainda mais a situação do INSS.

TABELA 3.7
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
JAN-JUN/2000-2001

Especificação	Jan-Jun 2000		Jan-Jun 2001	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
1. INSS	(3.663)	(1,48)	(4.319)	(1,52)
1.1. Contribuições Previdenciárias	25.324	10,20	28.790	10,11
1.2. Benefícios Previdenciários	28.987	11,68	33.108	11,63
2. Serv. Púb. Fed. (Cíveis e Militares)	(10.415)	(4,20)	(12.277)	(4,31)
2.1. Contribuição Plano Seg. Social	1.725	0,69	1.754	0,62
2.2. Despesa Aposent. Reform. E Pensões	12.140	4,89	14.032	4,93
3. Result. Previdência (A+B)	(14.078)	(5,67)	(16.596)	(5,83)

Fonte: STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA



No primeiro semestre de 2001, no que concerne ao aumento verificado nas concessões de novos benefícios previdenciários do INSS, salientou-se o crescimento ocorrido especialmente no salário-maternidade – 49,0 por cento acima das concessões do primeiro semestre de 2000. Esse aumento decorreu, em parte, da mudança de legislação ocorrida em novembro de 1999, que determinou a extensão do benefício às contribuintes individuais e facultativas. Além disso, verificou-se uma mudança na sistemática de concessão, que transferiu diretamente para o INSS a responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade, responsabilidade essa que antes cabia às empresas. No entanto, ainda que essa alteração tenha concorrido para a elevação das concessões do benefício, deve ressaltar-se que se tratou de uma mudança neutra do ponto de vista do caixa do INSS, tendo em vista que na sistemática anterior os pagamentos efetuados pelas empresas eram descontados do valor de suas contribuições à previdência social.

“sub-rogação”, em que as empresas

Do ponto de vista da arrecadação do INSS, cabe salientar que a sua elevação no primeiro semestre de 2001, além de estar naturalmente ligada ao crescimento verificado na massa de salários do setor privado (Gráfico 3.8), está também fortemente relacionada à renegociação de dívidas previdenciárias com municípios (Lei 9.496/97). Essa lei determinou a manutenção da adimplência relativa às contribuições correntes, sob pena de retenção dos Fundos de Participação dos Municípios. Estima-se que a renegociação das dívidas previdenciárias dos municípios tenha contribuído com um aumento de cerca de R\$ 653,5 milhões na arrecadação previdenciária. Por sua vez, a chamada

contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra passaram a reter 11,0 por cento do valor do serviço, contribuiu com um valor de cerca de R\$ 481,1 milhões, para a elevação da arrecadação previdenciária. É notória, também, a contribuição dos demais itens da arrecadação, como depósitos judiciais, REFIS, Simples e CDP, patente no descolamento verificado entre a chamada Fonte 154 (contribuição de empregados e empregadores) e o total de arrecadação previdenciária, líquida de transferências para o chamado “sistema S” (Sesc, Sesi, Senac, Senai, entre outros), conforme pode ser constatado no Gráfico 3.9.

Deve ressaltar-se, entretanto, que a piora nos resultados de ambas as previdências sociais não produziu qualquer modificação na participação relativa de ambos os déficits e no déficit total da previdência (Gráfico 3.11). De fato, o déficit da previdência dos servidores públicos manteve-se em 74,0 por cento, contra 26,0 por cento do déficit do INSS. Apesar disso, verificou-se um aumento da participação do montante de benefícios da previdência dos servidores, relativamente aos benefícios do INSS, que caiu de 70,5 por cento para 70,2 por cento.

No que se refere à tendência para o resultado da previdência social em 2001, especialmente no que se refere ao INSS, assinala-se uma perspectiva não muito positiva, à luz das crises que o País tem enfrentado recentemente. De fato, além dos efeitos que a crise de energia já fazia prever sobre o crescimento econômico do segundo semestre do ano, a eles se somam agora os efeitos da crise argentina, que levaram o Banco Central a elevar a taxa básica de juros, o que deverá acentuar a desaceleração do crescimento econômico.

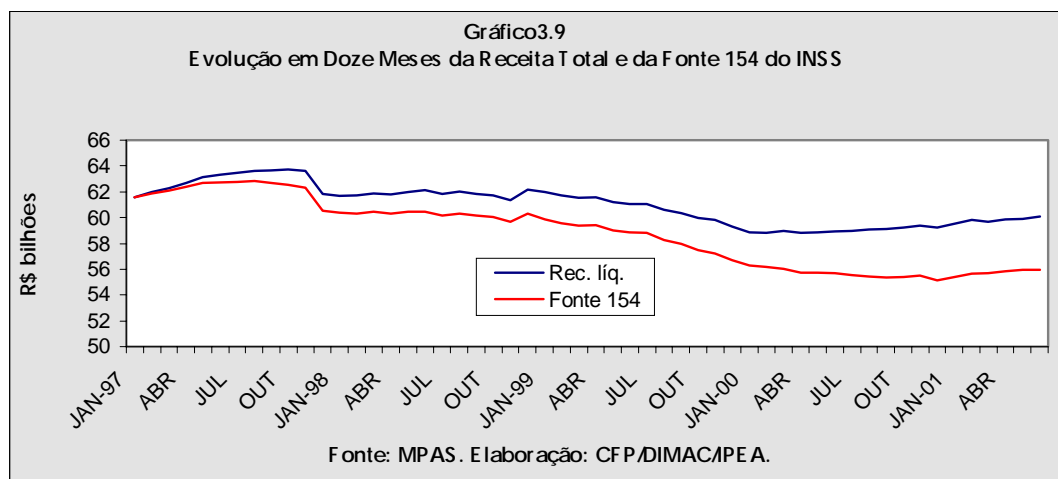
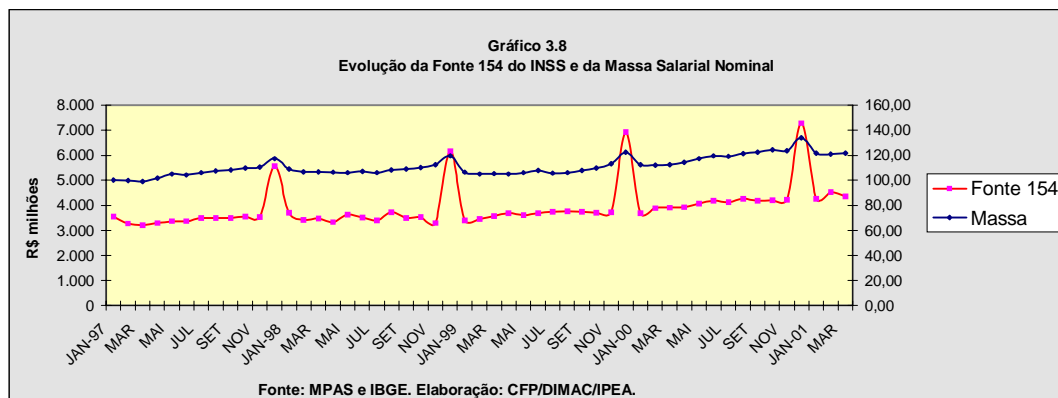
Com isso, a massa de salários do setor privado deve sofrer impacto negativo, assim como as contribuições do INSS.

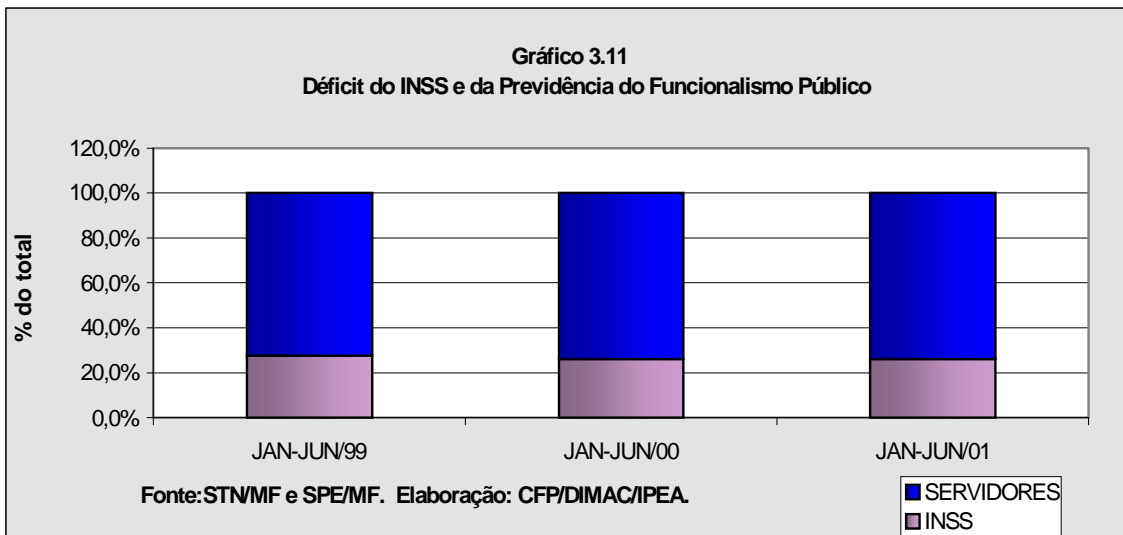
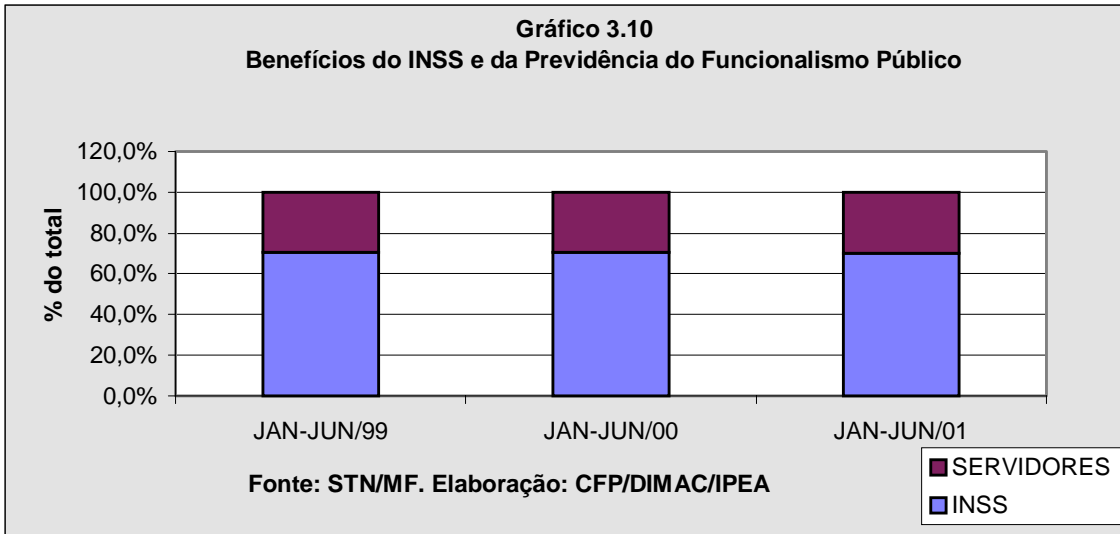
Em função das novas perspectivas econômicas, o Ministério da Previdência Social elevou em R\$ 800 milhões a previsão anual para o déficit do INSS, que passou agora para cerca de R\$ 12,9 bilhões. Esse valor é agora exatamente igual ao que se havia previsto no Boletim

de Finanças Públicas anterior, em que o crescimento projetado para a massa salarial de 2001 já previa uma desaceleração no segundo semestre.

entre o déficit e a atividade econômica, continuará a haver uma deterioração em relação a 2000, por força dos reajustes salariais que foram concedidos a diversas carreiras típicas de Estado.

No que se refere à previdência do setor público, ainda que não haja correlação

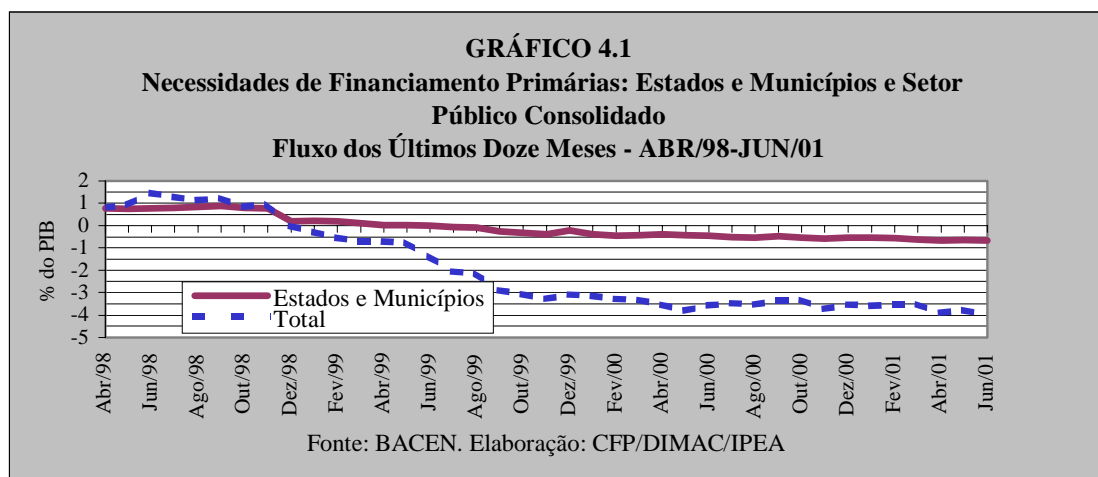




4 ESTADOS E MUNICÍPIOS

As necessidades de financiamento primárias - fluxos dos últimos doze meses - dos estados e municípios atingiram um superávit de 0,67 por cento do PIB em junho de 2001. Este representa um aumento de aproximadamente 50,0 por cento quando comparado ao observado em junho de 2000, que foi de 0,43 por cento do PIB. O superávit acumulado no ano 2000 foi de 0,45 por cento do PIB. A melhora do resultado primário dos governos regionais observada no primeiro semestre de

2001, além de resultar de um crescimento real da arrecadação e da renegociação das dívidas com a União, pode ser um efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A tendência de elevação do resultado primário dos estados e municípios pode vir a ser alterada como decorrência da desaceleração da economia, associada à crise energética e a fatores externos, em particular aos problemas da Argentina. A evolução das NFSP dos estados e municípios, fluxo dos últimos doze meses, é apresentada no Gráfico 4.1.



Parte do aumento do superávit dos governos regionais, conforme salientado, é explicado por um aumento de 9,0 por cento ocorrido de janeiro a maio na arrecadação do ICMS em todo o país. Outro fator que contribuiu para a elevação do superávit foi o aumento nas transferências. Como tanto o ICMS quanto as transferências constitucionais são afetados pelo desempenho da

economia, é possível que as contas dos estados e municípios não continuem com a tendência dos últimos dois anos (Gráfico 4.1).

A Tabela 4.1 mostra com detalhes o comportamento do ICMS nos cinco primeiros meses de 2001 em comparação com a arrecadação no mesmo período de 2000.

TABELA 4.1
ARRECAÇÃO DE ICMS POR REGIÃO
JAN-MAI / 2000-2001

R\$ milhões de junho de 2001

Especificação	2000		2001		Variação %		Participação	
	Mai(a)	Jan-Mai(b)	Mai(c)	Jan-Mai(d)	(c-a)/(a)	(d-b)/(b)	Jun/00	Jun/01
Brasil	7.262,58	35.600,61	7.910,66	38.827,44	8,92	9,06	1,00	1,00
Sul	1.114,79	5.646,37	1.227,12	6.045,32	10,08	7,07	0,15	0,16
Sudeste	4.277,41	20.732,92	4.676,44	22.812,55	9,33	10,03	0,59	0,59
Centro-Oeste	555,63	2.645,17	569,25	2.783,72	2,45	5,24	0,08	0,07
Nordeste	995,69	5.018,04	1.080,91	5.432,56	8,56	8,26	0,14	0,14
Norte	319,05	1.558,11	356,95	1.753,29	11,88	12,53	0,04	0,05

Fonte: STN/COFIN/DIREV. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA. Valores deflacionados pelo IGP-DI (FGV).

Como pode ser observado na Tabela 4.1, o aumento na arrecadação do ICMS foi distribuído de forma semelhante em todas as regiões, com exceção da Centro-Oeste. Porém, com esta região responde apenas por 7,0 por cento da arrecadação total de ICMS seu desempenho abaixo da média na elevação da arrecadação não comprometeu o esforço das outras regiões.

Cabe observar que o

crescimento real de 9,0 por cento na arrecadação do ICMS foi bem superior ao crescimento do PIB no mesmo período, sugerindo que uma redução no ritmo de crescimento da economia possa não implicar queda da arrecadação, mas apenas uma desaceleração do seu crescimento.

4.1 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

As transferências constitucionais a estados e municípios (Tabela 4.2) somaram R\$ 16 bilhões no primeiro semestre de 2001, o que representa uma elevação de 5,0 por cento em relação ao observado no mesmo período de 2000.

Assim como no resultado primário, a elevação das transferências pode não ser mais observada no decorrer do ano. Este será o caso se o racionamento de energia e a crise argentina causarem uma redução na arrecadação de impostos federais, particularmente no IPI e no Imposto de Renda.

TABELA 4.2
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A ESTADOS E MUNICÍPIOS ⁽¹⁾
JAN-JUN / 2000-2001

Especificação	2000		2001		Variação %		Participação	
	Jun(a)	Jan-Jun(b)	Jun(c)	Jan-Jun(d)	(c-a)/(a)	(d-b)/(b)	Jun/00	Jun/01
Brasil	2.135,73	15.226,75	2.524,79	16.027,07	18,22	5,26	1,00	1,00
Sul	292,94	2.039,24	344,91	2.139,08	17,74	4,90	0,14	0,14
Sudeste	463,87	3.258,55	547,54	3.449,32	18,04	5,85	0,22	0,22
Centro-Oeste	148,09	1.067,61	175,01	1.124,01	18,18	5,28	0,07	0,07
Nordeste	885,01	6.378,21	1.047,10	6.697,59	18,32	5,01	0,41	0,41
Norte	345,82	2.483,14	410,23	2.617,07	18,63	5,39	0,16	0,16

Fonte: STN/COFIN/DIREV. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA. Valores deflacionados pelo IGP-DI (FGV).

(1) Corresponde à soma das transferências de FPE, FPM e IPI-EXP. Já estão descontados os 15% do FUNDEF.

4.2 DÍVIDA ESTADUAL E MUNICIPAL

Adívida líquida total dos estados e municípios somou R\$ 213 bilhões em junho de 2001, aproximadamente 34,0 por cento da dívida total. O crescimento de 15,3 por cento nos últimos seis meses deve-se,

principalmente, ao aumento da dívida reestruturada dos estados e à queda no item outros créditos ocorridos no mês de janeiro desse ano. O pequeno crescimento observado nos itens renegociação e dívida mobiliária líquida (Tabela 4.3), deve-se principalmente a

correção nominal de acordo com o IGP-DI.

A participação dos estados na dívida dos estados e municípios permaneceu praticamente inalterada, em relação a dezembro de 2000, em 88,0 por cento.

A estrutura da dívida dos estados e dos municípios é similar. Atualmente, a dívida dos governos subnacionais praticamente se reduz à dívida junto ao governo federal, em decorrência dos sucessivos refinanciamentos patrocinados pela União e consubstanciados pelas Leis

7977/89 (inscrita na rubrica *Aviso MF 30*), 8727/93 e 9496/97 e do PROES (créditos da União para ajuste patrimonial dos bancos públicos estaduais). Somente os compromissos referentes às Leis 9727/93, 9496/97 e a MP 2118/2000 atingiam, em junho de 2001, cerca R\$ 191 bilhões – ou seja, 16,0 por cento do PIB -, e representavam mais de 89,0 por cento da dívida dos governos estaduais e municipais.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - ESTADOS E MUNICÍPIOS
Saldo no Final do Período

Especificação	Dez/99		Dez/00		Jun/01	
	Saldo (A)	% do PIB	Saldo (C)	% do PIB	Saldo (C)	% do PIB
Governos estaduais e municipais	170.784,0	15,8	185.324,0	16,3	213.603,0	16,6
Interna	161.382,0	14,9	174.265,0	15,3	201.050,0	16,7
dívida mobiliária líquida	12.318,0	1,2	2.201,0	0,2	2.367,0	0,2
dívida bancária	27.965,0	2,7	6.267,0	0,6	5.625,0	0,4
arrecadação a recolher	(273)	0,0	(277)	0,0	(310)	0,0
depósitos à vista	(3.162)	(0,40)	(3.376)	(0,30)	(3.860)	(0,30)
dívidas reestruturadas ⁽¹⁾	4.094,0	0,4	3.976,0	0,3	13.389,0	1,1
renegociação	144.472,0	13,2	183.121,0	16,1	190.645,0	15,8
outros créditos ⁽²⁾ e débitos ⁽³⁾	(24.032)	(2,30)	(17.647)	(1,50)	(6.806)	(0,50)
Externa	9.402,0	0,9	11.059,0	1,0	12.553,0	1,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA

(1) Inclui aviso MF-30, BIB, clube de Paris, dívidas de médio e longo prazo e PMSS (Programa de Modernização do Setor de Saneamento - empréstimos externos)

(2) Inclui *royalties*, Fundef e outros

(3) Inclui créditos securitizados, CFTs, LFTs, contas A e B, aplicações financeiras e outros.

5 EMPRESAS ESTATAIS

As empresas estatais tiveram grande redução dos seus superávits nominais, passando de R\$ 1,8 bilhão no período de janeiro a junho de 2000 - 0,34 por cento do PIB -, para R\$ 1,0 bilhão - 0,17 por cento do PIB - no mesmo período de 2001 (Tabela 5.1). As estatais estaduais foram as que mais contribuíram para esta redução, tendo seu déficit aumentado de R\$ 256 milhões nos primeiros seis meses de 2000 - 0,05 por cento do PIB -, para R\$

986 milhões nos mesmos meses de 2001 - 0,17 por cento do PIB. A elevação do déficit nominal das estatais estaduais se deve às elevações das taxas de juros e da taxa de câmbio, relativamente ao primeiro semestre de 2000. Por sua vez, as estatais federais mantiveram seu superávit relativamente ao mesmo período do ano passado. As municipais deixaram de ser superavitárias em R\$ 4 milhões passando a deficitárias em R\$ 7,0 milhões, no período analisado.

Tabela 5.1
Necessidades Nominais de Financiamento das Empresas Estatais
JAN-JUN/2000-2001

Especificação	R\$ milhões			
	Jan-Jun 2000	% do PIB	Jan-Jun 2001	% do PIB
1. Federais	(2.021)	(0,39)	(2.014)	(0,34)
2. Estaduais	256	0,05	986	0,17
3. Municipais	(4)	0,0	7	0,00
T o t a l	(1.769)	(0,34)	(1.021)	(0,17)

Fonte: BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.
Valores entre parênteses = superávits.

Quanto ao primário, os superávits das estatais aumentaram em 32,1 por cento, passando de R\$ 3,3 bilhões - 0,64 por cento do PIB -, de janeiro a junho de 2000, para R\$ 4,4 bilhões - 0,74 por cento do PIB - no mesmo período de 2001 (Tabela 5.2 e Gráfico 5.1). Este aumento deve-se às estatais estaduais que passaram de um superávit de R\$ 857 milhões - 0,16 por cento do PIB - para R\$ 2,3 bilhões - 0,39 por cento -, no mesmo período, (Gráfico 5.2). Contribuíram para isso os aumentos de tarifas, queda dos investimentos e os melhores resultados oriundos da aplicação

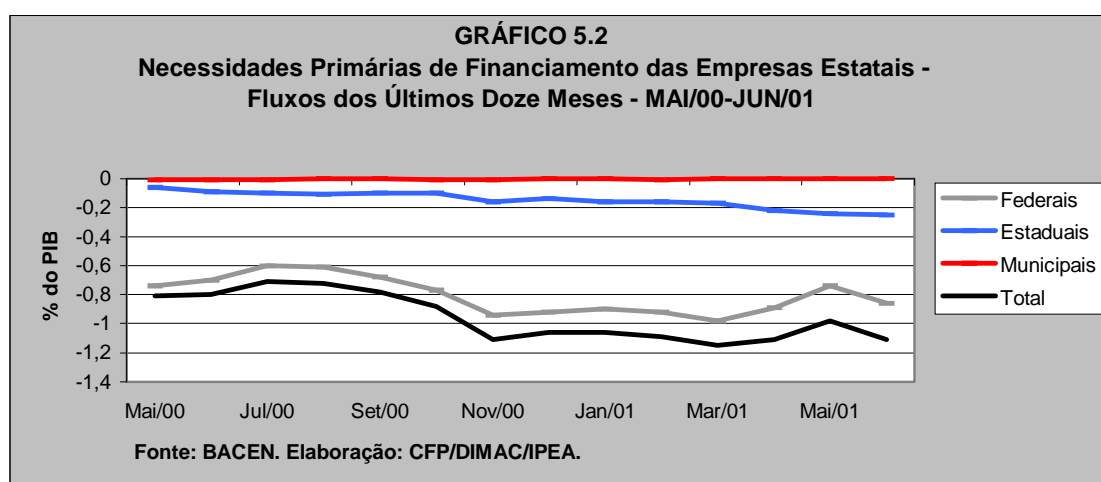
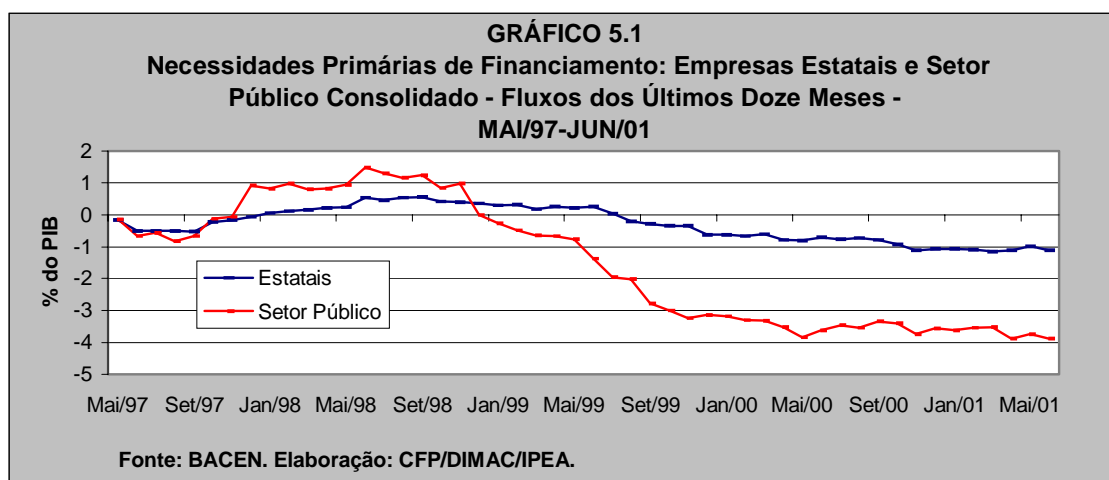
da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nas federais, apesar da queda do superávit este continua acima de R\$ 2,0 bilhões como resultado do reajuste de tarifas para a Petrobras e Eletrobrás e a manutenção dos preços do petróleo no mercado internacional em torno de US\$ 23 por barril. A Petrobras foi beneficiada porque tem como referência de remuneração interna o preço externo do petróleo. Além disso, a expansão do resultado primário deveu-se à redução dos custos, em função do aumento da concorrência interna (privatização e quebra do monopólio da Petrobras).

Tabela 5.2
Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais
JAN-JUN/2000-2001

Especificação	R\$ milhões			
	Jan-Jun 2000	% do PIB	Jan-Jun 2001	% do PIB
1. Federais	(2.415)	(0,46)	(2.043)	(0,34)
2. Estaduais	(857)	(0,16)	(2.316)	(0,39)
3. Municipais	(86)	(0,02)	(78)	(0,01)
T o t a l	(3.358)	(0,64)	(4.437)	(0,74)

Fonte: BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Valores entre parênteses = superávits.



Segundo o Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST, o orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2001 está estimado em R\$ 13,7 bilhões (destinados, exclusivamente, à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado), sendo 85,4 por cento para a área de infraestrutura econômica (Tabela 5.3). O Grupo Petrobras é o que possui a maior parcela, orçada em R\$ 8,3 bilhões – 70,6 por cento da infraestrutura -, sendo os principais programas: aumento da oferta de petróleo e gás natural, com 50,4 por cento dos

recursos aprovados; e R\$ 1,4 bilhão para atuação internacional na área de petróleo. O Grupo Eletrobrás possui aproximadamente R\$ 3,2 bilhões – 27,1 por cento da infra-estrutura - com 44,2 por cento a serem alocados no seu principal programa, energia na rede sudeste. Com o processo de privatização, o orçamento das estatais deverá ter uma tendência de queda no médio e longo prazos.

No quadrimestre janeiro-abril de 2001, foram alocados cerca de 20,3 por cento dos recursos totais aprovados, com

o destaque para petróleo, com 22,6 por cento, seguido por energia elétrica com 15,3 por cento. As participações dessas alocações podem ser consideradas altas, dados os menores níveis de alocação para os primeiros meses do ano. Quando

comparadas ao mesmo período de 2000, verifica-se que elas estão, praticamente, nos mesmos níveis.

Tabela 5.3
Estatais Federais: Orçamento de Investimento em
Infra-Estrutura Econômica
2001

G r u p o	Orçamento (A)	Realizado Jan-Abr (B)	R\$ milhões
			Evolução (%) (C) = (B/A)
1. Petrobras	8.259	1.867,6	22,6
2. Eletrobrás	3.168	485,7	15,3
3. Transportes ⁽¹⁾	273	21,5	7,8
T o t a l	11.700	2.374,8	20,3

Fonte: DEST/MP. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(1) Inclui Companhias Docas, INFRAERO e Rede Ferroviária Federal (em liquidação).

As principais fontes de financiamento dos investimentos são os recursos próprios e as operações de crédito de longo prazo, com R\$ 6,6 bilhões e R\$ 5,2 bilhões, respectivamente. Na composição total dos recursos alocados, nos primeiros quatro meses de 2001, os

recursos próprios foram a principal fonte de financiamento, com a parcela de 35,5 por cento, contra 24,7 por cento de recursos para aumento do patrimônio líquido e, finalmente, 11,2 por cento da fonte outros recursos de longo prazo.

5.1 PRIVATIZAÇÃO E DÍVIDA PÚBLICA

As privatizações e concessões efetuadas nos primeiros seis meses de 2001 totalizaram cerca de R\$ 9,7 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhões das privatizações estaduais e R\$ 3,6 bilhões das concessões federais (Tabela 5.4). No caso das estaduais, os destaques foram as vendas da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE - R\$ 2,2 bilhões - para o Consórcio Guaraniana (Iberdrola, Banco do Brasil Investimentos e Previ) e a

do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - R\$ 1,7 bilhão. No âmbito federal, ocorreram as concessões

das bandas D e E de telefonia celular, vendidas por R\$ 2,6 bilhões e R\$ 962 milhões, respectivamente. Vale ressaltar a dificuldade de transferir ao setor privado os ativos do setor elétrico federal, pois o volume de ações judiciais (particularmente sobre Furnas) foi elevado, de modo a dificultar o processo. As dificuldades para a

privatização dessas empresas estão baseadas, principalmente, no equacionamento dos passivos trabalhistas (Furnas), definição sobre regulação das águas (Chesf) e a forma de viabilização econômico-financeira dos sistemas isolados (Eletronorte). As mesmas estão inseridas no cronograma 2001.

Tabela 5.4
Brasil: Resultados das Desestatizações
JAN-JUN/2001

<i>Especificação</i>	R\$ milhões
Resultado Geral das Desestatizações	
1. Estaduais	6.078
1.1 CELPE	2.270
1.2 BANESTADO	1.737
1.3 CEMAR	893
1.4 Gás Sul ⁽¹⁾	596
1.5 SAELPA	370
1.6 Manaus Saneamento ⁽¹⁾	212
2. Federal ⁽¹⁾	3.628
2.1 Banda D	2.666
2.2 Banda E	962
T o t a l	9.706

Fonte: BNDES. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(1) = Concessão. As demais são privatizações.

Até dezembro de 2001 estão previstas desestatizações totais no valor de R\$ 15,6 bilhões, dos quais R\$ 9,7 bilhões com privatizações - R\$ 5,2 bilhões estaduais e municipais e R\$ 4,5 bilhões federal - e R\$ 5,9 bilhões com concessões. Nos estados, os principais ativos a serem privatizados são: a geradora CESP – Paraná; e as distribuidoras de energia elétrica: Companhia Paranaense de Energia - COPEL e a Companhia Energética de Goiás – CELG.

No âmbito federal, destacam-se: Furnas; Chesf (três geradoras e uma transmissora); Eletronorte (Tucuruí, duas geradoras isoladas, uma geradora que fornece para o sistema interligado, uma transmissora do sistema interligado e duas empresas integradas que atendem sistemas isolados); e as concessões das bandas C e E (regiões 2 e 3) para telefonia celular.

O Tesouro Nacional recebeu, nos primeiros seis meses de 2001, um total de R\$ 3,1 bilhões das desestatizações e foram utilizados R\$ 2,3 bilhões para amortização da dívida pública mobiliária federal. No

período 1994 a março de 2001 foram transferidos ao Tesouro cerca de R\$ 52,8 bilhões das desestatizações, sendo os anos de 1998 a 2000 os de maior concentração dessa transferência. O valor total da dívida abatida está em R\$ 48,7 bilhões, com a maior parte concentrada, também, nos três últimos anos.

O compromisso do governo, junto ao FMI, é de reconhecer os passivos não registrados anteriormente, denominados “esqueletos”, em um valor, não muito maior do que o montante obtido com a privatização. Até dezembro deste ano, estão previstos R\$ 18,1 bilhões de reconhecimento de “esqueletos”, valor 16,0 por cento maior que o previsto para as desestatizações no mesmo período - R\$ 15,6 bilhões. Com isso, espera-se que os “esqueletos” não contribuam muito para o aumento da dívida pública, particularmente a de curto prazo, que tem o maior custo para a União.

O saldo da dívida líquida total das estatais atingiu, em junho de 2001, o patamar de R\$ 27,5 bilhões ou 2,3 por

cento do PIB. O grande endividamento está nas estatais estaduais com R\$ 33 bilhões - 2,7 por cento do PIB -, enquanto as federais estão com R\$ 8,2 bilhões de ativos líquidos. A participação relativa da dívida líquida das estatais na DLSP era de 4,4 por cento em junho de 2001. Esse melhor desempenho das estatais federais deve-se ao ajustamento dos custos na

preparação para a privatização e ao aumento da receita de venda de bens e serviços (reajuste de preços e tarifas). As estaduais continuam com elevada participação no estoque da dívida, devido ao pequeno esforço de ajuste dessas empresas.

Box : Avaliação do Racionamento de Energia Elétrica

O balanço dos primeiros 45 dias do plano de racionamento é bastante positivo, no que se refere a dois aspectos: atingimento das metas nas regiões sob racionamento direto; e a adesão da população. No caso do primeiro, as regiões sob o racionamento ultrapassaram a meta de 20 por cento. A Sudeste/Centro-Oeste reduziu o consumo em cerca de 21,0 por cento, enquanto a Nordeste apresentou uma redução um pouco acima: 22,7 por cento. Além disto, a região Sul deu um grande exemplo: dados preliminares indicam uma redução em torno de 8,0 por cento.

Quanto ao segundo aspecto, particularmente os consumidores residenciais de maior renda puderam observar a existência de hábitos supérfluos, traduzidos em excessos que uma menor restrição orçamentária pode causar. Os de menor renda foram os que apresentaram os melhores resultados, traduzidos no recebimento dos bônus. Dados das principais distribuidoras da região Sudeste mostram que cerca de 91,0 por cento dos consumidores de até 100 kWh cumpriram suas metas, contra 52,0 por cento na faixa acima de 500 kWh. A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, por exemplo, arrecadou cerca de R\$ 4,1 milhões com as sobretaxas e deverá desembolsar aproximadamente R\$ 15 milhões com o pagamento dos bônus para os consumidores de até 100 kWh. Segundo a Câmara de Gestão da Crise de Energia - CGCE, todos os consumidores, na faixa de até 100 kWh, receberão o bônus. Caso a distribuidora arrecade menos com as sobretaxas, o Tesouro Nacional pagará a diferença.

Quanto ao setor industrial, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria - CNI mostra que este setor reduziu o consumo de energia elétrica em, apenas, 18,0 por cento. Portanto, abaixo da meta estabelecida pela CGCE. As federações de São Paulo e Minas Gerais afirmam que os custos do racionamento foram maiores nesse setor: houve retração na atividade produtiva com reflexo direto: na receita dos empresários; na manutenção de empregos; bem como na geração de novos postos de trabalho, principalmente nas pequenas e médias empresas. As indústrias exportadoras que possuem concorrentes em outras regiões sofreram perdas significativas na demanda por seus produtos: caso da indústria de calçados. No setor automobilístico, está havendo substituição da fabricação pela montagem de partes de alguns modelos. O custo de importação de um motor, por exemplo, está menor do que produzi-lo internamente.

Com a entrada do período crítico da seca (agosto e setembro) espera-se que o nível de racionamento seja mantido, no esforço de se evitar os “apagões”, estes sim, ainda de maior custo para toda a sociedade. Quanto ao governo, precisa adotar algumas medidas que evitem novos racionamentos, tais como: reestruturação e fortalecimento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; estímulo ao mercado atacadista de energia elétrica; criação do mercado secundário de gás natural; e reestruturação tarifária. Com isto, pode-se caminhar para a melhoria dos mecanismos de mercado onde os consumidores e produtores possam visualizar a sinalização para as suas tomadas de decisão que serão determinantes para a conservação de energia e a viabilização de outras fontes no Brasil.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AGF – *Programa de Aquisições do Governo Federal*;

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica;

BACEN ou **BC** - Banco Central do Brasil;

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná;

BIB – Brazil Inoetment Bond – Espécie de Título da Dívida Externa Brasileira;

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;

CCONT - Coordenação Geral de Contabilidade (Secretaria do Tesouro Nacional);

CDP – Certificado de Privatização;

CELG – Companhia Energética de Goiás;

CELPE – Companhia Energética de Pernambuco;

CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão;

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais;

CESP - Companhia Energética de São Paulo;

CFP – Coordenação de Finanças Públicas (IPEA);

CFT – Certificado Financeiro do Tesouro ;

CGCE - Câmara de Gestão da Crise de Energia;

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco;

CNI – Confederação Nacional da Indústria;

COFIN - Coordenação Geral de Programação Financeira (Secretaria do Tesouro Nacional);

COFINS - Contribuição para a Seguridade Social;

COPEL – Companhia Paranaense de Energia;

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira;

CPSS - Contribuição Plano de Seguridade dos Servidores;

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

DEPEC - Departamento Econômico do Banco Central;

DEST – Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

DF - Distrito Federal;

DIFIN – Divisão de Acompanhamento e Informações do Sistema Financeiro;

DIMAC – Diretoria de Estudos Macroeconômicos;

DIREV - Divisão de Programação da Receita Vinculada (Ministério da Fazenda);

DLSP - Dívida Líquida do Setor Público;

ELETRABRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A;

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A;

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador;

FCO – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

FGV - Fundação Getúlio Vargas;

FMI - Fundo Monetário Internacional;

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento;

FUNDAF – Fundo Agrícola Familiar;

FUNDEF – Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

FNE - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste;

FNO - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte;

FPE - Fundo de Participação dos Estados;

FPM- Fundo de Participação dos Municípios;

FURNAS – Furnas Centrais Elétricas S/A;

GAC- Grupo de Acompanhamento de Conjuntura;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna;

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária;

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social;

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras;

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados;

IPI-EXP - Imposto sobre Produtos Industrializados Vinculados à Exportação;

IR – Imposto de Renda;

IRPJ - Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica;

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte;

ITR – Imposto Territorial Rural;

LFT - Letra Financeira do Tesouro;

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal;

LTN – Letra do Tesouro Nacional;

MF - Ministério da Fazenda;

MP - Medida Provisória;

MP - Ministério do Planejamento;

NBC – Nota do Banco Central;

NFSP - Necessidades de Financiamento do Setor Público;

NTN - Nota do Tesouro Nacional;

OCC - Outros Custeios e Capital;

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A;

PIB - Produto Interno Bruto;

PIS-PASEP - Programa de Integração Social-Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

PMSS - Programa de Modernização do Setor de Saneamento;

PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
;

PROEX - Programa de Financiamento às Exportações

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal;

SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba;

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

SESC – Serviço Social do Comércio;

SESI – Serviço Social da Indústria;

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira;

SRF - Secretaria da Receita Federal;

STN - Secretaria do Tesouro Nacional;

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E BOXES

GRÁFICOS

<u>Gráfico 2.1</u> : Dívida Líquida do Setor Público; em % do PIB.....	04
<u>Gráfico 3.1</u> : Evolução da Arrecadação Federal; Fluxos dos Últimos 12 Meses; DEZ/94 – JUN/01.....	15
<u>Gráfico 3.2</u> : Evolução das Despesas Seleccionadas; JAN-JUN/00-01; R\$ milhões.....	18
<u>Gráfico 3.3</u> : Execução Orçamentária do Gasto Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Fluxos dos Últimos Doze Meses; NOV/98-JUN/01; R\$ milhões de junho/01.....	19
<u>Gráfico 3.4</u> : Execução Orçamentária do Gasto Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; JAN-JUN/1998-2001; R\$ milhões de junho /2001.....	20
<u>Gráfico 3.5</u> : Participação das Funções na Despesa Não-Financeira da União; JAN-JUN/01.....	22
<u>Gráfico 3.6</u> : Déficit do INSS; R\$ milhões correntes.....	23
<u>Gráfico 3.7</u> : Quantidade e Valor Médio dos Benefícios Concedidos pelo INSS; JUL/99-JUN/01; R\$.....	23
<u>Gráfico 3.8</u> : Evolução da Fonte 154 do INSS e da Massa Salarial Nominal; R\$ milhões.....	25
<u>Gráfico 3.9</u> : Evolução em Doze Meses da Receita Total e da Fonte 154 do INSS; R\$ bilhões.....	25
<u>Gráfico 3.10</u> : Benefícios do INSS e da Previdência do Funcionalismo Público.....	26
<u>Gráfico 3.11</u> : Déficit do INSS e da Previdência do Funcionalismo Público.....	26
<u>Gráfico 4.1</u> : Necessidades de Financiamento Primárias: Estados e Municípios e Setor Público Consolidado; Fluxo dos Últimos Doze Meses; ABR/98-JUN/01; % do PIB.....	27
<u>Gráfico 5.1</u> : Necessidades Primárias de Financiamento: Empresas Estatais e Setor Público Consolidado; Fluxos dos Últimos Doze Meses; MAI/97-JUN/01; % do PIB.....	31
<u>Gráfico 5.2</u> : Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais; Fluxos dos Últimos Doze Meses; MAI/00-JUN/01; % do PIB.....	31

TABELAS

<u>Tabela 2.1:</u> Necessidades de Financiamento do Setor Público; Fluxos dos Últimos Doze Meses; Com Desvalorização Cambial; DEZ/97-JUN/-01; % do PIB.....	03
<u>Tabela 2.2:</u> Hipóteses de Simulação – 2001/2002.....	06
<u>Tabela 2.3:</u> DLSP e NFSP: Estimativas para 2001/2002; % do PIB.....	07
<u>Tabela 2.4:</u> DLSP: Estimativas para 2001 e 2002; Efeitos das Variações do Câmbio, Juros, Inflação e Produto na Relação DLSP/PIB; Variações em relação ao Cenário Básico.....	07
<u>Tabela 3.1:</u> Resultado Primário do Governo Federal; Critério de Pagamento Efetivo; JAN-JUN/00-01; R\$ milhões e % do PIB.....	10
<u>Tabela 3.2:</u> Resultado Primário do Tesouro Nacional; JAN-JUN/2000-2001; R\$ milhões e % do PIB.....	12
<u>Tabela 3.3:</u> Arrecadação Federal: Receitas Permanentes - Arrecadoras e Regulatórias - e Transitórias; JAN-JUN/2000-2001; R\$ milhões JUN/00.....	14
<u>Tabela 3.4:</u> Arrecadação Federal: Impostos – Contribuições – Demais Receitas; JAN-JUN/2000-2001; R\$ milhões junho/01.....	15
<u>Tabela 3.5:</u> Despesas do Tesouro Nacional; JAN-JUN/2000-2001.....	18
<u>Tabela 3.6:</u> Gasto Público Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; JAN-JUN/1998-2001; R\$ milhões de junho/01.....	20
<u>Tabela 3.7:</u> Resultado da Previdência Social; JAN-JUN/2000-2001.....	23
<u>Tabela 4.1:</u> Arrecadação de ICMS por Região JAN-MAI/2000-2001.....	27
<u>Tabela 4.2:</u> Transferências Constitucionais a Estados e Municípios; JAN-JUN/00-01; R\$ milhões de junho/01.....	28
<u>Tabela 4.3:</u> Dívida Líquida do Setor Público - Estados e Municípios; Saldo no Final do Período; DEZ/99-	

JUN/01; R\$ milhões.....29

Tabela 5.1: Necessidades Nominais de Financiamento das Empresas Estatais ; JAN-JUN/00-01; R\$ milhões.....30

Tabela 5.2: Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais; JAN-JUN/00-01; R\$ milhões.....30

Tabela 5.3: Estatais Federais: Orçamento de Investimento em Infra-Estrutura Econômica; 2001; R\$ milhões.....32

Tabela 5.4: Brasil: Resultados das Desestatizações; JAN-JUN/2001; R\$ milhões.....33

BOX

Box: Avaliação do Racionamento de Energia Elétrica.....34